

PREGÃO ELETRÔNICO

90.052/2026

PROCESSO LICITATÓRIO

107/2026

CONTRATANTE (UASG)

Prefeitura Municipal de Divinópolis (984445)

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CADASTRO (OPERAÇÃO DO SOFTWARE DE GESTÃO), MANUTENÇÃO PREVENTIVA INCLUSO O MATERIAL, CORRETIVA, INTEGRAIS, CONTÍNUAS E DESTINAÇÃO FINAL DOS MATERIAIS RETIRADOS DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG; E LOCAÇÃO/MANUTENÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, MEDIÇÃO, CADASTRAMENTO DE PONTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DESPACHO E RECEPÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CALL CENTER PARA RECEPÇÃO E DESPACHO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Até R\$ 5.990.275,08 por um período de 01 ano.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

02/07/2026 às 09:00h (horário de Brasília/DF)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por lote

MODO DE DISPUTA

Aberto e fechado

EXCUSIVIDADE PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não

GUIA PARA O FORNECEDOR (ÚTIL PARA EMPRESAS QUE VÃO PARTICIPAR PELA 1ª VEZ):

<https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor/guia-para-fornecedores.pdf>

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.052/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2026

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Divinópolis, por meio do Setor de Compras e Licitações, sediado na Av. Paraná, nº 2.601, nesta cidade, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 15.980/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 – DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada na área de engenharia elétrica para prestação de serviços de cadastro (operação do software de gestão), manutenção preventiva incluso o material, corretiva, integrais, contínuas e destinação final dos materiais retirados do sistema de iluminação pública do município de DIVINÓPOLIS/MG; e locação/manutenção de software de gestão, fiscalização, medição, cadastramento de ponto de iluminação pública, despacho e recepção de serviço de manutenção da iluminação pública e contratação de serviço de call center para recepção e despacho dos serviços de manutenção do sistema de iluminação pública.

1.2 – A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do **Anexo I/Termo de Referência**, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3 – Qualquer divergência entre as informações lançadas na plataforma eletrônica em relação à sequência, descritivos dos itens, quantidades e valores deste edital, prevalecerão às informações contidas no Anexo I do Edital.

1.3.1 – As características e especificações dos itens descritas no Termo de Referência, são complementares aos descritivos contidos no Anexo I e devem ser observadas.

2 – DA CONTRATAÇÃO

2.1 - O contrato terá sua vigência estabelecida no instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários quando ultrapassar um exercício financeiro.

3 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal

(www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1 – Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 – O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 – Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), doravante referidos como MPE, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123/2006](#).

3.6 – Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 – Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 – Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.6.3 – Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários

3.6.4 – Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 – Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 – Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.6.7 – Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 – Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.6.11 - Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.12 - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7 – O impedimento de que trata o item **3.6.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 – A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **3.6.2** e **3.6.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9 – Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 – O disposto nos itens **3.6.2** e **3.6.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11 – Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.12 – A vedação de que trata o item **3.6.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Distribuição do Objeto em Razão do Enquadramento Fiscal

3.13 – Em atendimento ao disposto no art. 49, incisos III, da Lei Complementar nº 123/2006, esta licitação será de ampla participação.

– DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 – Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 – Os licitantes registrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sua proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 – No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 – Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 – Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 – Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 – Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3.5 - Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

4.4 – O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 – O fornecedor enquadrado como MPE deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5.1 – No item exclusivo para participação de MPE, a assinalação do campo “Não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.5.2 – Nos itens em que a participação não for exclusiva para MPE, a assinalação do campo “Não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.3 - Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.5.3.1 - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.3.2 - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.3.3 - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.3.4 - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.3.5 - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.3.6 - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.5.3.7 - que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.5.3.8 - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.5.3.9 - Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.5.3.10 - constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.5.3.11 - cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6 – O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.7 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8 – Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9 – Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10 – Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 – A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2 – Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11 – O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1 – Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2 – Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando

adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12 – O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13 – Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14 – O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.15 - O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, **quando for o caso**, para usufruir do benefício.

4.16 - A falsidade das declarações tratadas nos itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.

4.17 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.18 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.19 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.20 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.20.1 - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.20.2 - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.21 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.21.1 - valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.21.2 - percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.22 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.200 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno

4.23 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.24 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 – O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 – Valor unitário e total do lote.

5.1.2 – Marca/Nome comercial e modelo, se for o caso.

5.1.3 – Fabricante, quando for o caso.

5.1.4 – Quantidade cotada, devendo ser igual à quantidade máxima prevista para a contratação.

5.1.5 – Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Anexo I e indicando, no que for aplicável, o modelo, apresentação e prazo de validade ou de garantia, quando for o caso.

5.2 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.2.1 – O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3 – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou prestação dos serviços.

5.3.1 – Os preços unitários cotados pelos licitantes poderão possuir até 2 (duas) casas decimais, desde que o valor total do lote/item seja composto de 02 (dois) algarismos.

5.4 – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 – Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 – A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência e seus Anexos**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à

perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1 – O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da apresentação.

5.7.2 – Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.7.3 – Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem anterior.

5.8 – O descumprimento dessas normas pela Administração Municipal ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5.9 - Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.10 - Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1 – Será desclassificada a proposta que identifique o licitante antes fase final de lances.

6.2.2 – A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3 – A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.2.4 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.3 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.3.1 – A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes será exclusivamente via chat da plataforma eletrônica.

6.4 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 – O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote.

6.5.1 – O lance para o grupo será feito em tela diferente da tela principal do envio de lances, para cada item do grupo. O lance vencedor será o menor lance na soma total dos itens do grupo.

6.6 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 – O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01.

6.9 – O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10 – O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11 – Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1 – A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2 – Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3 - Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.11.4 – No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.5 – Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.6 – Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12 – Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15 – No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

6.18 - Ao final da fase de lances, **se for o caso**, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.18.1 - Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.18.2 - Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19 – Em relação a itens não exclusivos para participação de MPE, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MPEs participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.19.1 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.19.2 - O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4 - A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7 - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20 – Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1 – Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

6.20.1.1 – Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2 – Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3 – Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4 – Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2 – Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1 – Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2 – Empresas brasileiras;

6.20.2.3 – Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

6.20.2.4 – Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/2009.

6.20.3 – Caso não seja possível o desempate observando os critérios anteriores, a plataforma eletrônica promoverá o sorteio do item entre as propostas empatadas.

6.21 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1 – Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.21.2 – A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.3 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.4 – O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do

processo licitatório.

6.21.5 – O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada da documentação de habilitação e técnica, e, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

6.21.6 – O Pregoeiro, a seu critério, poderá solicitar, concomitantemente, a proposta realinhada dos demais classificados, para julgamento técnico.

6.21.7 – É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22 – Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 – DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1 – Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **3.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 – SICAF;

7.1.2 – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.3 – Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

7.1.4 – Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:2:107185452077464::NO:2::>).

7.1.5 – Para a consulta de licitantes pessoa jurídica, poderá haver a substituição das consultas subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.2 – A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 – A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3 – Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 – A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 – O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 – Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 - Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1 - Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7 – No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos seguintes termos a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.8 – Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.9 – Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.9.1 – Contiver vícios insanáveis;

7.9.2 – Não obedecer às especificações técnicas contidas no **Termo de Referência**;

7.9.3 – Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.9.4 – Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.9.5 – Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.10 – Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10.1 – Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.10.2 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10.3 - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.10.3.1 - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.3.2 - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11 – Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1 – O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 – Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12 – Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13 – Caso o **Termo de Referência** exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no **Termo de Referência**, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14 – Os interessados a acompanharem a análise e julgamento técnico das amostras, quando solicitadas, deverão se manifestar, após a convocação, na fase de julgamento técnico, via chat da plataforma eletrônica onde acontecerá o certame.

7.15 – Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16 – No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17 – Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no **Termo de Referência**.

8 – DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 – Os documentos previstos neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.1 – A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 – Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original por cópia.

8.2.1 – A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o Pregoeiro, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

8.3 – Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na

Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4 – Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5 – Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5.1 – O agente de contratação/pregoeiro poderá solicitar, a título de diligência, a apresentação da Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social disponível em <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>.

8.6 – Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7 – A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1 – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN SEGES nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8 – É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN SEGES nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.8.1 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN SEGES nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.9 – A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1 – Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, juntamente com a proposta realinhada, no prazo máximo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro, que se dará após a fase de disputa primando pelos princípios da celeridade e da eficácia, devendo ser observados os ritos legais quanto a ordem das fases.

8.10 – A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1 – Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11 – Após a entrega dos documentos para habilitação dentro do horário previsto, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 64, e IN SEGES 73/2022, art. 39, §4º):

8.11.1 – Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2 – Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12 – Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13 – Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.14 – Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15 – O licitante enquadrado como MPE deverá anexar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

8.16 – Para fins de **Habilitação Jurídica**, será verificado se o licitante apresentou, de acordo com o seu enquadramento:

8.16.1 – Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.16.2 – Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no portal <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.16.3 – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.16.4 – Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020.

8.16.5 – Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.16.6 – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.16.7 – Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei Federal nº 5.764/1971](#).

8.16.8 – Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.17 – Para fins de **Habilitação Fiscal, Social, e Trabalhista** será verificado se o licitante apresentou:

8.17.1 – Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17.2 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).

8.17.3 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

8.17.4 – Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.17.5 – Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.17.6 – Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17.7 - Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.18 – Para fins de **Habilitação Econômico-Financeira** será verificado se o licitante apresentou:

8.18.1 – **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sua sede nos termos do art. 69, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.18.1.1 – No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei Federal nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.18.1.2 – Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias de sua emissão.

8.18.2 – Conforme Anexo do Termo de Referência, para medir a **capacidade econômica e financeira** das licitantes para o processo em questão justificamos a utilização dos índices abaixo discriminados de acordo com o determinado na Lei 14.133/2021:

a) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um inteiro);

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

- b) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um inteiro);

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Onde:

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

- c) Índice de Endividamento (IE) igual ou inferior a 1,0 (um inteiro).

$$E = \frac{PC + ELP}{AT}$$

Onde:

AT = Ativo Total

- d) Índice de Liquidez Corrente – ILC igual ou maior 1,0 e demonstra a relação entre os haveres e deveres da empresa, que permita avaliar a capacidade da empresa em arcar com os custos iniciais da Concessão, mobilização e efetivo início da prestação dos serviços, uma vez que, entre a mobilização, início a execução e primeiro recebimento transcorrerão aproximadamente 60 (sessenta) dias;
- e) Índice de Liquidez Geral – ILG igual ou maior a 1,0 e que analogamente ao índice anterior demonstra a saúde financeira da empresa, porém levando em consideração neste caso as parcelas de comprometimento e recebimentos de prazo mais longo;
- f) Índice de Endividamento – IE igual ou inferior a 1,0, demonstra a relação entre o capital de terceiros (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) e o capital próprio da empresa (Patrimônio Líquido/Ativo Total), fundamental para avaliar no contexto da contratação a capacidade de investimento e fluxo financeiro necessário a manutenção do ritmo contratual.

8.18.3 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 últimos exercícios, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa ou balanço de abertura, no caso de empresa recém-constituída, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, mas admitida a sua atualização por índices oficiais. No caso de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela última declaração de imposto de renda da pessoa jurídica.

8.18.3.1. O balanço e as demonstrações solicitadas deverão ser representados por escrituração digital via SPED onde se acham transcritos, acompanhadas de cópia de seu Termo de Abertura, comprovatório de seu registro na Junta Comercial. Poderá também ser apresentada cópia reprográfica de publicação em jornal, na forma da Lei. As cópias deverão ser autenticadas.

8.19 – Conforme Anexo do Termo de Referência, para fins de **Habilitação Técnica** será verificado se o licitante apresentou:

8.19.1 – **Registro ou inscrição** da empresa licitante e de seu Responsável Técnico na entidade profissional competente.

8.19.2 – **Comprovação por Atestados** emitidos por pessoa jurídica do direito público ou privado, registrados junto à entidade profissional competente em nome do Responsável Técnico, que figure como RT da empresa em sua CERTIDÃO DE REGISTRO da entidade profissional competente, para a execução dos seguintes itens:

Item Descrição do Serviço

- | | |
|----|---|
| 01 | Manutenção preventiva e corretiva de Parque de Iluminação Pública; |
| 02 | Serviço de locação de software de Gestão de Manutenção em parque de iluminação Pública; |
| 03 | Serviço de Call Center de Manutenção em parque de iluminação Pública |

Observações:

- A comprovação de vínculo do RT com a empresa pode se dar por intermédio de contrato ou instrumento congênere.
- Deverá ainda ser apresentada **Declaração do Responsável(is) Técnico(s)** autorizando a inclusão de seu nome e acervo neste certame licitatório, em modelo próprio da licitante.

8.19.3 - **Comprovação de capacidade técnica operacional da empresa** através de atestados, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando que esta executou diretamente para o proprietário da obra as seguintes atividades relevantes:

Item Descrição do Serviço

- | | |
|----|---|
| 01 | Manutenção preventiva e corretiva de Parque de Iluminação Pública (no mínimo 10.000 pontos) |
| 02 | Serviço de locação de software de Gestão de Manutenção (no mínimo 10.000 pontos) |
| 03 | Serviço de call Center de Manutenção (no mínimo 10.000 pontos) |

Observações:

- A licitante deverá comprovar a execução dos serviços em atestados técnicos.
- A visita técnica ao local de execução dos serviços será facultativa, caso a necessário deverá ser agendada com 48 horas de antecedência através dos telefones (37) 3229-6652 e será realizada até no máximo no terceiro dia útil anterior a data de abertura da proposta.

Caso a licitante não realize a visita, deverá apresentar Declaração de Conhecimento das condições do local de execução do objeto, conforme Anexo (editado).

8.20 - ANÁLISE DA PROPOSTA

8.20.1 - Os licitantes deverão apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos: Planilha Orçamentária, Composição do BDI, Cronograma Físico-Financeiro e Planilha de Verificação da Proposta. Esta última deverá evidenciar:

- a) que os preços unitários com BDI apresentados pela licitante são iguais ou inferiores aos valores unitários com BDI definidos pela Administração;
- b) que não há preços diferentes atribuídos a serviços idênticos ao longo de toda a planilha orçamentária.

8.20.2 - Todos os valores unitários e totais deverão estar expressos com arredondamento de duas casas decimais.

8.20.3 - Todos os documentos listados neste item deverão ser entregues assinados e em formato digital (.pdf), e o arquivo da Verificação da Proposta deverá ser em formato editável (.xls), conforme modelo disponibilizado.

8.20.4 - A licitante deverá comprovar, por meio de atestados de capacidade técnica, a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto da licitação, demonstrando o cumprimento satisfatório das obrigações assumidas, inclusive quanto à observância dos prazos contratuais.

9 – DO CONTRATO

9.1 – Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias corridos**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.1 – O contrato será assinado digitalmente através do sistema de gestão da Prefeitura de Divinópolis, o Betha Cloud.

9.1.2 – O documento será enviado ao fornecedor via sistema Betha Assinatura e a notificação será enviada via *e-mail* juntamente com o manual de instrução para cadastro e validação de assinatura.

9.2 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3 – A validade do Contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil à data de sua assinatura, podendo ser prorrogada dentro dos limites legais, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme item 25 do Termo de Referência.

9.4 – O Contrato será assinado por meio de assinatura digital e disponibilizada no Portal da Transparência do Município.

9.5 – Será formalizado o Contrato indicando todos os itens constantes no **Termo de Referência**, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços e demais

condições.

9.6 – O preço contratado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e disponibilizado durante a vigência do Contrato.

9.7 – A existência de preços contratados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

9.8 – Na hipótese de o convocado não assinar o Contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.9 – Os preços contratados poderão ser alterados ou atualizados para mais ou para menos conforme a realidade do mercado e conforme as disposições legais.

9.9.1 - Caso o Contrato seja prorrogado e que tenha passado 12 meses da proposta, o valor poderá ser reajustado através da variação do INPC ou IPCA, conforme a regulamentação vigente na ocasião, devendo ser aplicado aquele índice que apresentar o menor índice de variação no período apurado, e que o valor reajustado seja mais vantajoso para a Administração e esteja dentro do preço praticado no mercado.

9.10 – O contrato poderá ser cancelado total ou parcialmente nas hipóteses legais e na Minuta de Contrato.

10 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA, QUANDO FOR O CASO

10.1 – Após a homologação da licitação, será incluído na ata, quando for o caso, na forma de anexo, o registro:

10.1.1 – Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação, quando for o caso; e

10.1.2 – Dos licitantes que mantiverem sua proposta original, quando for o caso.

10.2 – Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores.

10.2.1 – A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2 – Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3 – A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva, quando for o caso, será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1 – Quando o licitante vencedor não assinar o Contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2 – Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do contrato, nas hipóteses previstas nas disposições legais.

10.4 – Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1 – Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2 – Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11 – DOS RECURSOS

11.1 – A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.2 – O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 – Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 – A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

11.3.2 – O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **30 (trinta) minutos**.

11.3.3 – O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 – Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 – O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 – Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 – O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 – O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

12.1.2 – Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1 – Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 – Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 – Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4 – Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5 – Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

12.1.3 – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

12.1.3.1 – Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

12.1.4 – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.5 – Fraudar a licitação.

12.1.6 – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 – Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

12.1.6.2 – Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

12.1.6.3 – Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

12.1.7 – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

12.1.8 – Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013](#).

12.2 – Com fulcro na [Lei Federal nº 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 – Advertência.

12.2.2 – Multa.

12.2.3 – Impedimento de licitar e contratar.

12.2.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 – Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 – A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2 – As peculiaridades do caso concreto.

12.3.3 – As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.3.4 – Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

12.3.5 – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 – A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 – Para as infrações previstas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do

valor do contrato licitado.

12.4.2 – Para as infrações previstas nos itens **12.1.4**, **12.1.5**, **12.1.6**, **12.1.7** e **12.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5 – As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 – Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 – A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 – Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **12.1.4**, **12.1.5**, **12.1.6**, **12.1.7** e **12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

12.9 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **12.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022.

12.10 – A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 – Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 – Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 – A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15 – Além das sanções previstas neste tópico, aplicam-se ao fornecedor, na execução da contratação, as multas previstas na Minuta de Minuta de Contrato.

13 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 – Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

13.2 – A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 – A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por correio eletrônico no endereço preletronico@gmail.com.

13.4 – As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1 – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5 – Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 – DA GESTÃO DO CONTRATO, FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1 – O órgão responsável pela gestão e controle e fiscalização do contrato decorrente desta licitação será a Prefeitura de Divinópolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Operações e Serviços Humanos (SEMSUR), na pessoa dos signatários do **Termo de Referência**.

14.2 – Além do Município de Divinópolis, não há órgãos e entidades públicas participantes da contratação.

14.3 – Os materiais/serviços poderão ser requisitados ao longo da vigência do Contrato, deverão ser fornecidos/executados sob as condições do **Termo de Referência**, bem como sob cronograma da diretoria requisitante, e serão formalizados por meio de **Solicitação de Fornecimento** a ser encaminhada via *e-mail* ao licitante vencedor.

14.4 – O período de vigência da contratação, a ser formalizado por Contrato (conforme modelo **Anexo III**), será de 01 (**um**) ano, podendo ser prorrogado dentro dos limites legais através de Termo Aditivo nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal 14.133/2021.

14.4.1 – O Contrato será assinado digitalmente através do sistema de gestão da Prefeitura de Divinópolis, o Betha Cloud.

14.4.2 – O documento será enviado ao fornecedor via sistema Betha Assinatura e a notificação será enviada via e-mail juntamente com o manual de instrução para cadastro e validação de assinatura.

14.5 – A entrega será efetuada em algum dos diversos setores da Prefeitura de Divinópolis, na circunscrição do município, em local a ser especificado na **Solicitação de Fornecimento**.

14.6 – Reserva-se à Administração o direito de não aceitar serviços e/ou receber produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar a contratação e aplicar as sanções estipuladas.

14.7 – A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas produtos em que se verifiquem irregularidade.

14.8 – A Prefeitura de Divinópolis, através dos servidores signatários do **Termo de Referência**, exercerá a

fiscalização da execução do objeto deste certame e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

14.9 – As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura de Divinópolis em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne a execução do objeto do contrato.

14.10 – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15 – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E DOS PAGAMENTOS

15.1 – As despesas correspondentes à execução do objeto contratado correrão por conta das secretarias municipais da Prefeitura de Divinópolis, através das dotações para o exercício de 2026 e seguintes que serão especificadas nas futuras **Solicitações de Fornecimento**, conforme dotação orçamentária discriminada a seguir:

Dotação orçamentária	DESCRIÇÃO
Ficha 811 - 02.013.004.15.452.2130.2726 - 3.3.90.39.00	Eficiência Energética Pública – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15.2 – Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos serviços com a devida liquidação da nota fiscal pelo(s) servidor(es) competente(s), observada a prévia emissão de **Solicitação de Fornecimento** e Empenho.

15.3 – Os pagamentos são realizados por meio de depósito bancário, razão pela qual a empresa deverá informar nas Notas Fiscais seus dados bancários e o número da **Solicitação de Fornecimento** que vier a ensejar o(s) futuro(s) fornecimento(s).

15.4 – Caso ocorra atraso no pagamento o mesmo sofrerá atualização monetária entre a data prevista e a do efetivo pagamento através da variação do INPC ou IPCA, conforme a regulamentação vigente na ocasião, devendo ser aplicado aquele índice que apresentar o menor índice de variação no período apurado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.5 – Para recebimento dos pagamentos a empresa contratada fica obrigada a manter atualizadas as certificações de regularidade para com o INSS, FGTS, CNDT e com a Fazenda Municipal de sua sede.

15.6 – A Nota Fiscal deverá ser entregue pelo licitante vencedor, diretamente ao representante da Administração Municipal, que somente executa os serviços e liberação da referida Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas.

15.7 – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao licitante vencedor e o pagamento ficará pendente até que este providencie as medidas

saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento reiniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura de Divinópolis.

15.8 – Conforme Decreto Municipal nº 15.680/2023 e orientações das Instruções Normativas RFB nº 2.145/2023 e nº 1.234/2012 e Anexos I a V, sobre as retenções de tributos incidentes sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou a prestação de serviços, pelos órgãos da administração pública direta Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas autarquias e fundações, fica o Município de Divinópolis obrigado a efetuar a retenção/recolhimento do imposto sobre a renda na fonte, seguindo as normas supracitadas.

15.8.1 – Portanto, as notas fiscais, faturas e recibos de fornecimento de bens ou prestação de serviços emitidas à Prefeitura de Divinópolis deverão constar o valor a ser retido do imposto sobre a renda, conforme disposto no anexo I da IN RFB nº 1234/2012, salvo hipóteses em que não haverá retenções de acordo com seu art. 4º, sendo necessário realizar as devidas comprovações.

15.8.2 – Os valores de imposto sobre a renda a serem retidos deverão ser informadas no documento fiscal em campo próprio e, na inexistência deste, a informação deverá constar no campo de "Informações Complementares".

15.8.3 – A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

15.9 – Para efetivação do pagamento, a empresa contratada deverá apresentar juntamente à Nota Fiscal comprovantes de pagamento das verbas trabalhistas e de recolhimento dos encargos sociais abaixo mencionados, em relação a todos seus empregados:

- a) Remuneração, compreendendo o salário mensal e demais verbas de natureza salarial;
- b) Vales-transportes e auxílio alimentação, quando for o caso;
- c) Contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e para o INSS;
- d) Décimo terceiro salário, quando for o caso;
- e) Concessão de férias e pagamento da respectiva remuneração, quando for o caso.

15.9.1 – Esta comprovação se refere às verbas e encargos incidentes no mês imediatamente anterior à data de pagamento da parcela mensal.

15.9.2 – As verbas indicadas neste item deverão obedecer aos valores estipulados em convenção ou acordo coletivo de trabalho ou em sentença normativa, se houver.

16 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1 – A Contratada, nos termos dos artigos 96, 97 e 98 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá prestar garantia, no percentual 3% (três por cento) da obrigação assumida para 12 meses, (parágrafo único do art. 98), com cobertura para todo o período de vigência contratual, devendo apresentar comprovante da sua prestação no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data da assinatura deste contrato, podendo ser utilizada quaisquer das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

16.1.1 – O prazo para apresentação da garantia será de **1 (um) mês**, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia quando o contratado optar pela modalidade **seguro-garantia**.

16.2 – Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

16.3 – O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Contratante, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras:

16.3.1 – O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

16.3.2 – O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

16.4 – Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem **16.2**.

16.5 – A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

16.6 – Na eventual prorrogação do contrato ou na ocorrência de acréscimos quantitativos e alterações de preços, inclusive reajuste, o valor da garantia será alterado proporcionalmente, cabendo à Contratada apresentar nova garantia ou complementá-la, nos termos do subitem anterior, no prazo de 10 (dez) dias úteis da assinatura do respectivo termo ou da notificação do apostilamento.

16.7 – Na hipótese de evidenciar qualquer impropriedade ou incorreção, a Contratante exigirá sua regularização ou substituição que deverá ser providenciada pela Contratada no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data de intimação.

16.8 – A falta de atendimento à convocação para regularização ou substituição da garantia na forma e prazos previstos, a Contratada ficará sujeita às penalidades cabíveis.

17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 – Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3 – Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

17.4 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6 – Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9 – Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10 – As cláusulas referentes às **obrigações pertinentes à LGPD, à legislação anticorrupção e à responsabilidade socioambiental** encontram-se devidamente previstas na minuta contrato, conforme o caso, constante como anexo deste edital.

17.11 – O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e endereços eletrônicos www.comprasnet.gov.br e www.divinopolis.mg.gov.br.

17.12 – Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em Divinópolis/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução do Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.13 – O Edital, Termo de Referência, minutas, planilhas, anexos e toda documentação da licitação são complementares entre si.

17.14 – Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.14.1 – Anexo I – Relatório de Especificação e Estimativa de Preço;

17.14.2 – Anexo II – Modelo de Proposta;

17.14.3 – Anexo III - Minuta de Contrato;

17.14.4 – Anexo IV- Modelo de declaração de conhecimento das condições do local de execução do objeto;

17.14.5 - Anexo V – Modelo de Declaração de Responsável Técnico;

17.14.6 – Termo de Referência/Planilha de Custos/BDI;

17.14.6.1 - Anexo do Termo de Referência - Qualificação financeira;

17.14.6.2 – Anexo do Termo de Referência - Qualificação técnica;

Divinópolis, junho de 2026.

(assinado digitalmente)

ANDREIA AZEVEDO DA COSTA

Secretária Municipal de Operações e Serviços Urbanos

(assinado digitalmente)

IZAIAS MEZÊNCIO DA SILVA

Diretor de Iluminação Pública



PREFEITURA MUNICIPAL DIVINÓPOLIS
RELATÓRIO: RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO - LOTE

CNPJ: 18.291.351/0001-64 **Telefone: (37) 3229-8100**
AVENIDA PARANÁ, 2601
CEP: 35501-170 - Divinópolis MG

PREGÃO ELETRÔNICO
Nr.: 52/2026 - PE

Processo Administrativo: 107/2026
Data do Processo: 14/05/2026

ANEXO I
RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 01						
2	387.396,000	UN	10-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prestação de serviços de manutenção por ponto de iluminação existente, integrante do parque de iluminação pública do Município de Divinópolis/MG, localizado em zona urbana e rural, conforme especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.		14,2600	5.524.266,96
3	11.124,000	UN	10-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prestação de serviços de manutenção por ponto de iluminação com medição, abrangendo praças, passarelas, túneis, complexos esportivos, monumentos históricos e demais logradouros públicos situados no Município de Divinópolis/MG, em áreas urbanas e rurais, conforme especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.		21,8300	242.836,92
					Total Lote:	R\$5.767.103,88

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Lote: LOTE 02						
1	398.520,000	UN	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CALL CENTER - Prestação de serviços de Call Center, destinados à recepção, registro, controle e despacho das demandas relativas à manutenção do Sistema de Iluminação Pública (SIP), abrangendo todos os pontos localizados no Município de Divinópolis/MG, tanto na zona urbana quanto na zona rural, conforme especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.		0,2900	115.570,80
4	398.520,000	UN	Locação e manutenção de software de gestão - Locação e manutenção de software de gestão, contemplando funcionalidades de fiscalização, medição, cadastramento dos pontos de iluminação pública, bem como recepção e despacho das ordens de serviço relacionadas à manutenção do Sistema de Iluminação Pública (SIP), no âmbito do Município de Divinópolis/MG, em áreas urbanas e rurais, conforme especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.		0,2700	107.600,40



PREFEITURA MUNICIPAL DIVINOPOLIS

RELATÓRIO: RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO - LOTE

CNPJ: 18.291.351/0001-64
AVENIDA PARANÁ, 2601
CEP: 35501-170 - Divinópolis MG

Telefone: (37) 3229-8100

PREGÃO ELETRÔNICO

Nr.: 52/2026 - PE

Processo Administrativo: **107/2026**

Data do Processo: **14/05/2026**

Total Lote: R\$223.171,20



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Nome do licitante: _____ CNPJ: _____
Endereço Completo: _____ Telefone: _____
Responsável pela assinatura do Contrato: _____
E-mail (pessoal) do responsável pela assinatura do contrato: _____
E-mail (comercial): _____
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.052/2026
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (_____)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	APRES.	MARCA / MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1						
2						

TOTAL DO LOTE	R\$
--------------------------	------------

PRAZO DE ENTREGA: Conforme edital e Termo de Referência.

LOCAL DE ENTREGA: Conforme edital e Termo de Referência.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: Conforme edital.

PRAZO DE GARANTIA DO SERVIÇO OFERTADO: Conforme edital e Termo de Referência.

AGÊNCIA _____. CONTA BANCÁRIA _____. NOME DA AGÊNCIA _____.

Observações:

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

Local e data.

(Assinatura do representante legal da empresa)

Nome

RG/CPF

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026, QUE FAZEM ENTRE
SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ____ E A EMPRESA
_____.

O **MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS**, com sede na Avenida Paraná, 2.601, CEP 35.501-170, na cidade de Divinópolis em Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 18.291.351/0001-64, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de ____ (nome da Secretaria), o(a) Sr.(a) ____ (cargo e nome do gestor), portador do CPF nº ____, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ____ (nome da empresa em caixa alta), inscrita no CNPJ sob o nº ____ (nº CNPJ), sediada na ____ (endereço da empresa), doravante designada CONTRATADO, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ____ (nome do representante legal), portador do CPF nº ____, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 107/2026 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 15.980/2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90.052/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 – O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na área de engenharia elétrica para prestação de serviços de cadastro (operação do software de gestão), manutenção preventiva incluso o material, corretiva, integrais, contínuas e destinação final dos materiais retirados do sistema de iluminação pública do Município de Divinópolis/MG; e locação/manutenção de software de gestão, fiscalização, medição, cadastramento de ponto de iluminação pública, despacho e recepção de serviço de manutenção da iluminação pública e contratação de serviço de call center para recepção e despacho dos serviços de manutenção do sistema de iluminação pública.

1.2 – Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.3 – Vinculam-se a este Contrato, independentemente de transcrição:

1.3.1 – O Termo de Referência;

1.3.2 – O Edital da Licitação;

1.3.3 – A proposta do CONTRATADO;

1.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 – O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme Termo de Referência, tendo a iniciação dos serviços após assinatura e publicação no PNCP.

2.2 – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a)** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b)** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c)** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d)** Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- e)** Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3 – O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 – Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no **Termo de Referência**, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 – O valor total da contratação é até R\$ ____ (____).

5.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E PAGAMENTOS (art. 92, V, VI e VIII)

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Divinópolis deste exercício, conta da Secretaria Municipal de Operações e Serviços Urbanos - SEMSUR , através das dotação nº 02.013.004.15.452.2130.2726 - 3.3.90.39.00, Fonte 1.751.000.0000, ficha nº 811, para o exercício de 2026 e respectivas dotações para os exercícios vindouros.

FICHA	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
811	02.013.004.15.452.2130.2726	3.3.90.39.00	1.751.000.0000

6.1.1 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

6.2 – O pagamento será realizado no máximo 30 (trinta) dias corridos após emissão de Nota Fiscal e sua regular liquidação pelo(s) servidor(es) competente(s), observada a prévia emissão de Nota de Empenho.

6.3 – Os pagamentos são realizados por meio de depósito bancário, razão pela qual o CONTRATADO deverá informar nas Notas Fiscais seus dados bancários e o número deste Contrato.

6.4 – Caso ocorra atraso no pagamento o mesmo sofrerá atualização monetária entre a data prevista e a do efetivo pagamento através da variação do INPC ou IPCA, conforme a regulamentação vigente na ocasião.

6.5 – Para recebimento dos pagamentos o CONTRATADO fica obrigada a manter atualizadas as certificações de regularidade para com o INSS, FGTS, CNDT, CND ESTADUAL e com a Fazenda Municipal de sua sede.

6.6 – A Nota Fiscal deverá ser entregue pelo CONTRATADO, diretamente ao representante da Administração Municipal, que somente atestará execução dos serviços e liberação da referida Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas.

6.7 – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao CONTRATADO e o pagamento ficará pendente até que este providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento reiniciar-se-á após a regularização da situação ou

reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura de Divinópolis.

6.8 – Conforme Decreto Municipal nº 15.680/2023 e orientações das Instruções Normativas [RFB nº 2.145/2023](#) e [nº 1.234/2012](#) e Anexos I a V, sobre as retenções de tributos incidentes sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou a prestação de serviços, pelos órgãos da administração pública direta Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas autarquias e fundações, fica o Município de Divinópolis obrigado a efetuar a retenção/recolhimento do imposto sobre a renda na fonte, seguindo as normas supracitadas.

6.8.1 – Portanto, as notas fiscais, faturas e recibos de fornecimento de bens ou prestação de serviços emitidas à Prefeitura de Divinópolis deverão constar o valor a ser retido do imposto sobre a renda, conforme disposto no anexo I da [IN RFB nº 1234/2012](#), salvo hipóteses em que não haverá retenções de acordo com seu artigo 4º, sendo necessário realizar as devidas comprovações.

6.8.2 – Os valores de imposto sobre a renda a serem retidos deverão ser informadas no documento fiscal em campo próprio e, na inexistência deste, a informação deverá constar no campo de "Informações Complementares".

6.8.3 – O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123/2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 – Após o interregno de um ano, mediante solicitação formalizada pelo CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice INPC ou IPCA, conforme a regulamentação vigente na ocasião, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 – São obrigações do CONTRATANTE:

8.2 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Edital, o **Termo de Referência** e este Contrato.

8.3 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Termo de Referência**.

8.4 – Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.5 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO.

8.5.1 - Fiscalizar, durante toda a execução contratual, o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, inclusive quanto a cota de aprendizes pela empresa contratada, consistente na obrigação de empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou, supletivamente, em escolas técnicas ou entidades sem fins lucrativos, número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos(as) trabalhadores(as) existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações;

8.6 – Comunicar o CONTRATADO para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.7 – Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no **Termo de Referência**.

8.8 – Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.9 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO.

8.10 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1 – A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13 – Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.14 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros

em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 – O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.3 – Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.4 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.5 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.6 – Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.7 – Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.8 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

9.9 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.10 – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

- 9.11** – Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12** – Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.13** – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.14** – Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.15** – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.15.1** – Priorizar a contratação de aprendizes adolescentes, entre 14 e 18 anos, que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e 2º, do Decreto Presidencial nº 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023; para o exercício das atividades que demandem formação profissional.
- 9.16** – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.17** – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021).
- 9.18** – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021).
- 9.19** – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.20** – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.21** – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.
- 9.22** – Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 9.23** – Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 9.24** – Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica conforme definido no Termo de Referência.

9.25 – Observar quaisquer outras obrigações previstas neste Contrato, no Edital e no **Termo de Referência**.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 – As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 – É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 – O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 – O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 – O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 – Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10.12.1 – As comunicações descritas na *caput* serão consideradas como efetuadas por meio da realização da devida publicação no PNCP, até que seja editada

regulamentação correspondente pela autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

11.1 – As partes declaram ciência quanto às normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, mas não se limitando, a Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem a cumpri-las e a adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro, por si e por seus sócios, representantes, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento por terceiros eventualmente contratados por elas.

11.2 – As partes, com relação à execução das atividades objeto do presente contrato, comprometem-se a não dar, oferecer, pagar, prometer pagar, bem como a aceitar, solicitar ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor, seja em forma de doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, a quaisquer autoridades governamentais, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do Governo, seja em âmbito Federal, Distrital, Estadual ou Municipal, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para qualquer pessoa violando as Leis Anticorrupção.

11.3 – Cada uma das partes se compromete a comunicar por escrito à outra parte caso tome conhecimento de qualquer descumprimento ou potencial violação às Leis Anticorrupção relacionados às atividades vinculadas ao objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

12.1 – As Partes se comprometem a:

- i. cumprir o disposto na Política Nacional de Meio Ambiente e demais legislações correlatas, adotando medidas preventivas e corretivas necessárias para evitar danos ao meio ambiente decorrentes da execução contratual;
- ii. manter, no que couber, suas obrigações, licenças, autorizações e demais exigências legais pertinentes à atividade desenvolvida em situação regular junto aos órgãos ambientais competentes, durante o prazo de vigência deste Contrato;
- iii. comunicar qualquer situação ou verificação de não conformidade em que esteja eventualmente envolvida e relacionada à execução do objeto contratual, referente à legislação ambiental em vigor.

12.2 – A Contratada declara que não utiliza, em nenhuma etapa de suas atividades, mão de obra infantil prejudicial e formas nocivas ou de exploração de trabalho forçado. Considera-se trabalho infantil aquele proibido pela legislação brasileira, ressalvada a condição de aprendiz, nos termos legais. Por trabalho forçado, entende-se todo trabalho e serviço executado de forma não voluntária, que é obtido de um indivíduo sob ameaça de força ou punição.

12.3 – As Partes se comprometem a pautarem suas condutas pelos princípios da legalidade, moralidade, dignidade da pessoa humana, igualdade e não discriminação, vedando qualquer prática discriminatória no âmbito da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (art. 92, XII)

13.1 – Na formalização deste Termo de Contrato, a Contratada, nos termos dos artigos 96, 97 e 98 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá prestar garantia, no percentual 3% (três por cento) da obrigação assumida para 12 meses, (parágrafo único do art. 98), com cobertura para todo o período de vigência contratual, devendo apresentar comprovante da sua prestação no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data da assinatura deste contrato, podendo ser utilizada quaisquer das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

13.1.1 – O prazo para apresentação da garantia será até a assinatura do contrato, quando o contratado optar pela modalidade **seguro-garantia**.

13.2 – Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

13.3 – O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Contratante, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras:

13.3.1 – O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

13.3.2 – O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

13.4 – Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 13.2.

13.5 – A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

13.6 – Na eventual prorrogação do contrato ou na ocorrência de acréscimos quantitativos e alterações de preços, inclusive reajuste, o valor da garantia será alterado proporcionalmente, cabendo à Contratada apresentar nova garantia ou complementá-la, nos termos do subitem anterior, no prazo de 10 (dez) dias úteis da assinatura do respectivo termo ou da notificação do apostilamento.

13.7 – Na hipótese de evidenciar qualquer impropriedade ou incorreção, a Contratante exigirá sua regularização ou substituição que deverá ser providenciada pela Contratada no prazo de 5 (cinco) dias úteis

da data de intimação.

13.8 – A falta de atendimento à convocação para regularização ou substituição da garantia na forma e prazos previstos, a Contratada ficará sujeita às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

14.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

14.2 – Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021).
- iv. **Multa:**
 - a) Moratória de 0,5% (cinco décimos de por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
 - b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem **14.1**, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
 - c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem **14.1**, de 12% (doze por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
 - d) Para infração descrita na alínea “b” do subitem **14.1**, a multa será de 8% (oito por cento) a 12% (doze por cento) do valor do Contrato.
 - e) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem **14.1**, a multa será de 4% (quatro por cento) a 8% (oito por cento) do valor do Contrato.

- f) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem **14.1**, a multa será de 0,5% (cinco décimos de por cento) a 4% (quatro por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as infrações específicas indicadas no **Termo de Referência**.

14.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

14.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

14.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Federal nº 14.133/2021).

14.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

14.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.8 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.9 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida lei (art. 159).

14.10 – A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021).

14.11 – O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021).

14.12 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.13 – Os débitos do CONTRATADO para com a administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

15.1 – O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.2 – O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

15.3 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

15.4 – Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

15.5 – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.5.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

15.5.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.5.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.6 – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.6.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.6.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.6.3 – Indenizações e multas.

15.7 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei Federal nº 14.133/2021).

15.8 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1 – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 15.980/2023, e demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2 – O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021).

17.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 – Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na *internet* da Prefeitura Municipal de Divinópolis/MG.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art – 92, §1º)

19.1 – Fica eleito o foro de Divinópolis/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal

nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

20.1 – Gestora da contratação: Andreia Azevedo da Costa - Secretária Municipal de Operações e Serviços Urbanos, Matrícula 99036756

20.2 – Fiscais da contratação: Izaías Mezencio da Silva - Diretor de Iluminação Pública, Matrícula 99023844

Divinópolis, ____ de 2026.

(assinado digitalmente)

CONTRATADO

Nome do Representante legal da Empresa

Nome da empresa

Nº do CNPJ

(assinado digitalmente)

CONTRATANTE

Andreia Azevedo da Costa

Secretária Municipal de Operações e Serviços Urbanos

(assinado digitalmente)

FISCAL DO CONTRATO

Izaías Mezencio da Silva

Diretor de Iluminação Pública

**ANEXO IV –
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO
OBJETO**

Ao
Agente de Contratação do Município de Divinópolis

Referente ao:

Processo Administrativo nº.107/2026.
Pregão Eletrônico nº. 90.052/2026.

Declaro, sob as penas da lei, que este proponente
_____, inscrito no CNPJ de nº
_____, com sede à
_____, possui total conhecimento dos serviços
referentes ao objeto desta licitação e que tem conhecimento completo das condições
do local onde serão executados os serviços descrito no edital e seus anexos.

Declaro também, que em nenhum momento será alegada situação “imprevista” ou
“imprevisível” como condição para revisão (aditamento contratual), decorrentes das
características do local em relação às situações construtivas ou das prestações de
serviços, bem como das condições de acesso ao local das obras ou serviços de
_____, situados no
_____.

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto,
firmo o presente.

Nome e assinatura do responsável
(representante legal)
Cargo
CPF ou RG
Carimbo da empresa

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ao
Agente de Contratação do Município de Divinópolis

Referente ao:
Processo Administrativo nº.107/2026.
Pregão Eletrônico nº. 90.052/2026.

Eu, _____, portador do CPF de
nº _____, e registrado no CREA/ou entidade competente sob o nº
_____, sou responsável técnico da empresa
_____, inscrita no CNPJ sob
nº _____, e diante disso, autorizo a inclusão de meu
nome e acervo neste processo de pregão eletrônico.

Atenciosamente,

(nome da cidade), dia, mês e ano

Nome e assinatura do responsável
(representante legal)
Cargo
CPF ou RG
Carimbo da empresa

Assinantes



Izaías Mezencio Da Silva

Assinou em 12/06/2026 às 14:58:57 com o certificado avançado da Betha Sistemas.

Eu, Izaías Mezencio Da Silva, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.



Andreia Azevedo Da Costa

Assinou em 12/06/2026 às 15:23:10 com o certificado avançado da Betha Sistemas.

Eu, Andreia Azevedo Da Costa, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador.betha.cloud** e insira o código abaixo:

JX8-XJ1-V9K-P6N

TERMO DE REFERÊNCIA

MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS

1. OBJETO

O presente termo de referência objetiva especificar os parâmetros técnicos necessários para contratação de empresa especializada na área de engenharia elétrica para prestação de serviços de cadastro (operação do software de gestão), manutenção preventiva incluso o material, corretiva, integrais, contínuas e destinação final dos materiais retirados do Sistema de Iluminação Público do Município de Divinópolis/MG; e Locação/manutenção de software de gestão, fiscalização, medição, cadastramento de ponto de Iluminação pública, despacho e recepção de serviço de manutenção da iluminação pública e contratação de serviço de call center para recepção e despacho dos serviços de manutenção do sistema de iluminação pública. Abrangendo o perímetro urbano, zona rural, comunidade rural e bairros mais afastados, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários para o bom funcionamento do sistema.

A contratação abrange a:

- Manutenção preventiva, corretiva, integrais e contínuas do Sistema de Iluminação Pública, inclusive a sistemática poda de galhos de árvores que estiverem sob as luminárias conforme a norma da ABNT NBR 5101: 2012 no seu item 6.2.10, determina a quantidade de poda que deve ser realizada garantindo qualidade da iluminação pública, dos pontos cadastrados na CEMIG e nos locais onde se tem medição informado pela prefeitura;
- Cadastramento do parque de iluminação pública, identificando tipo de luminária, lâmpadas, reles, reatores, altura de instalação, coordenadas exatas do poste, o nome da rua, bairro, cep e número próximo e instalação de plaquetas de identificação.
- Armazenamento, transporte e destinação final realizada de forma sustentável e ambientalmente correta dos materiais contaminantes retirados da rede de Iluminação Pública.
- Locação/ manutenção software de gestão, fiscalização, medição, cadastramento de ponto de Iluminação pública, despacho e recepção de serviço de manutenção sistema iluminação pública;
- Serviço de *CALL CENTER* para recepção e despacho dos serviços de manutenção do sistema de iluminação pública;

Os serviços objetos deste termos de referência serão executados em todos os logradouros públicos dotados de iluminação, o que compreende as avenidas, ruas, travessias, vielas, becos, escadarias, escadões, travessas, praças, passeios, parques, áreas de lazer, campos de futebol, faixas de pedestres, trevos, anel rodoviário, pontes, viadutos, estacionamentos públicos, cemitério, monumentos históricos e em qualquer outra área onde existam pontos de iluminação pública no parque conectado diretamente na rede da concessionária e também nos locais com características de iluminação pública que possuem medição exclusiva no Município de Divinópolis/MG.

O objetivo do presente Termo de Referência é especificar os parâmetros técnicos necessários a contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção na Cidade de Divinópolis, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais, conforme procedimentos integrantes deste Termo.

A contratação abrange os seguintes serviços, divididos em 2 LOTES:

LOTE 01: Manutenção preventiva e corretiva do Parque de Iluminação Pública e locais com medição exclusiva para iluminação pública, com o fornecimento de materiais e mão de obra;

Composto pelos itens:

- *Prestação de serviços de manutenção por ponto de iluminação existente, integrante do parque de iluminação pública do Município de Divinópolis/MG, localizado em zona urbana e rural.*
- *Prestação de serviços de manutenção por ponto de iluminação com medição, abrangendo praças, passarelas, túneis, complexos esportivos, monumentos históricos e demais logradouros públicos situados no Município de Divinópolis/MG, em áreas urbanas e rurais.*

LOTE 02: Composto pelos itens:

- *Locação software de gestão, fiscalização, medição, cadastro de ponto de Iluminação pública, rastreamento das equipes no sistema, despacho e recepção de serviço de manutenção sistema iluminação pública.*
- *Serviço de CALL CENTER para recepção e despacho dos serviços de manutenção do sistema de iluminação pública*

Os serviços objetos deste edital serão executados em todos os logradouros públicos dotados de iluminação, o que compreende as avenidas, ruas, travessias, vielas, becos, escadarias, escadões, travessas, praças, passeios, parques, áreas de lazer, campos de futebol, faixas de pedestres, trevos, pontes, viadutos, estacionamentos públicos, cemitério, monumentos históricos e em qualquer outra área onde existam pontos de iluminação pública e locais com medição exclusiva para iluminação pública no Município de Divinópolis /MG.

Considerando que os serviços do LOTE 02 (locação de software e prestação de serviço de call center) possuem como finalidade apoiar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços previstos no LOTE 01 (manutenção em campo), fica vedada a adjudicação de ambos os lotes a um mesmo proponente, de forma a garantir a segregação de funções e a lisura na fiscalização contratual.

Dessa forma, será permitida a participação dos licitantes em ambos os lotes, com a apresentação de propostas distintas. Contudo, caso o mesmo proponente seja classificado em primeiro lugar no LOTE 01, sua proposta referente ao LOTE 02 será automaticamente desclassificada, assegurando-se a independência entre a execução e a fiscalização dos serviços.

Dessa forma, a licitação será estruturada em 02 (dois) lotes distintos: o **LOTE 01**, correspondente ao serviço de manutenção em campo, e o **LOTE 02**, contemplando a locação de software e a prestação de serviço de call center.

A consolidação dos itens de software e call center em um único lote justifica-se pela sua natureza complementar e interdependente, uma vez que ambos atuam de forma integrada no suporte, controle e gestão dos serviços. Tal agrupamento visa promover maior eficiência operacional, economia de escala para a Administração Pública e mitigação de riscos decorrentes da eventual fragmentação da contratação, garantindo melhor desempenho e qualidade na execução dos serviços.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

A prestação adequada e continua dos serviços de iluminação pública é essencial para garantir a segurança da população, a mobilidade urbana, a valorização dos espaços públicos e a qualidade de vida dos munícipes. Trata-se de serviço público de natureza continua, cuja interrupção ou execução deficiente pode acarretar riscos à segurança, aumento da criminalidade, prejuízos à circulação viária e comprometimento das atividades noturnas.

O Município de Divinópolis/MG possui extensa área territorial, abrangendo perímetro urbano, zona rural, comunidades rurais e bairros mais afastados, o que demanda estrutura operacional eficiente, planejamento adequado e atendimento ágil às ocorrências relacionadas ao sistema de iluminação pública.

Atualmente, verifica-se a necessidade de modernização e aprimoramento da gestão do parque de iluminação pública, incluindo o cadastramento atualizado dos pontos de iluminação, controle eficiente das manutenções realizadas, rastreabilidade dos serviços executados e otimização dos recursos públicos empregados. Além disso, há a necessidade de garantir a manutenção preventiva e corretiva continua, com fornecimento de materiais adequados, visando reduzir falhas, aumentar a vida útil dos equipamentos e assegurar a plena funcionalidade do sistema.

Outro aspecto relevante é a necessidade de implantação e operação de sistema informatizado de gestão, que permita o controle integrado das atividades, incluindo cadastramento de ativos, abertura, acompanhamento e encerramento de ordens de serviço, fiscalização, medição dos serviços executados e geração de relatórios gerenciais. Tal sistema deve estar aliado a um serviço de call center

eficiente, destinado à recepção das demandas da população e ao despacho ágil das equipes de manutenção, promovendo maior transparência, controle e eficiência na prestação do serviço.

Adicionalmente, faz-se necessária a adequada destinação final dos materiais retirados do sistema de iluminação pública, em conformidade com a legislação ambiental vigente, garantindo responsabilidade socioambiental e mitigação de impactos ao meio ambiente.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de contratação de empresa especializada na área de engenharia elétrica, com capacidade técnica, operacional e tecnológica para execução integrada dos serviços de cadastro, manutenção preventiva e corretiva, gestão informatizada, fiscalização, atendimento ao público e destinação final de resíduos, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, assegurando a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços de iluminação pública no Município de Divinópolis/MG.

3. JUSTIFICATIVA:

A Resolução 414/2010 da ANEEL, em seu artigo 218 determina que:

“A distribuidora deve transferir o sistema de iluminação pública, registrado como Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, à pessoa jurídica de direito público competente.”

§ 1º A transferência à pessoa jurídica de direito público competente deve ser realizada sem ônus, observados os procedimentos técnicos e contábeis para a transferência estabelecidos em resolução específica.

A Resolução 479/2012 da ANEEL, em seu artigo 124 – Parágrafo 3º determina que:

§ 3º A distribuidora deve atender às solicitações da pessoa jurídica de direito público competente quanto ao estabelecimento de cronograma para transferência dos ativos, desde que observado o prazo limite de **01 de janeiro de 2015**.

Assim é de total importância iniciar os procedimentos objetivando atender às determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e preparar o Município para fazer frente aos novos compromissos no que diz respeito à execução de serviços necessários à Manutenção do Sistema de Iluminação Pública, tendo em vista que, a partir da data acima indicada (01/01/2015), a CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais S/A não mais os executará.

A presente contratação visa assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços de iluminação pública do Município de Divinópolis/MG, abrangendo o perímetro urbano, zona rural e comunidades mais afastadas.

Considerando que a iluminação pública é serviço essencial, diretamente relacionado à segurança da população, mobilidade urbana e qualidade de vida, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, cadastro e gestão dos pontos de iluminação, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.

A contratação contempla ainda a utilização de software de gestão e a disponibilização de serviço de call center, com o objetivo de otimizar o controle, a fiscalização, o atendimento das demandas e a agilidade na prestação dos serviços.

Dessa forma, a contratação atende ao interesse público, garantindo a adequada manutenção e funcionamento do sistema de iluminação pública municipal.

4– DA ESPECIFICAÇÃO:

LOTE1						
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	R\$ UNITÁRIO (média)	TOTAL MANUT.	TOTAL ANU- AL
1	Prestação de serviços de manutenção por ponto de iluminação existente, integrante do parque de iluminação pública do Município de Divinópolis/MG, localizado em zona urbana e rural, conforme especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.	PT	32.283	R\$ 14,26	R\$ 460.355,58 / mensal	R\$5.524.266, 96
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	R\$ UNITÁRIO (média)	TOTAL MANUT.	TOTAL ANU- AL
2	Prestação de serviços de manutenção por ponto de iluminação com medição, abrangendo praças, passarelas, túneis, complexos esportivos, monumentos históricos e demais logradouros públicos situados no Município de Divinópolis/MG, em áreas urbanas e rurais, conforme es-	PT	927	R\$ 21,83	R\$ 20.236,41 / mensal	R\$ 242.836,92



**PREFEITURA DE
DIVINÓPOLIS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OPERAÇÕES E SERVIÇOS URBANOS -SEMSUR

Rua: Jose Balbino Pereira, nº171, Bairro Espírito Santo – CEP: 35500-254 – Pátio da Prefeitura
(37) 3229-6650 – (37)3229-6669 – e-mail: administrativo.semsur@divinopolis.mg.gov.br

	pecificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.				
--	---	--	--	--	--

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E VALORES UNITÁRIOS

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E VALORES UNITÁRIOS						
	LOTE 2					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	R\$ UNITÁRIO (média)	TOTAL MANUT.	TOTAL ANUAL
3	Prestação de serviços de Call Center, destinados à recepção, registro, controle e despacho das demandas relativas à manutenção do Sistema de Iluminação Pública (SIP), abrangendo todos os pontos localizados no Município de Divinópolis/MG, tanto na zona urbana quanto na zona rural, conforme especificações constantes no	PT	33.210	R\$ 0,29	R\$ 9.630,90 / mensal	R\$115.570,80
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	R\$ UNITÁRIO (média)	TOTAL MANUT.	TOTAL ANU- AL
4	Locação e manutenção de software de gestão, contemplando funcionalidades de fiscalização, medição, cadastramento dos pontos de iluminação pública, bem como recepção e despacho das ordens de serviço relacionadas à manutenção do Sistema de Iluminação Pública (SIP), no âmbito do Município de Divinópolis/MG, em áreas urbanas e rurais, con-	PT	33.210	R\$ 0,27	R\$ 8.966,70 / mensal	R\$107.600,40

	forme especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.					
--	---	--	--	--	--	--

Obs. PT = Ponto de iluminação pública

4.1 – DO PREÇO ESTIMADO: O valor estimado para o custeio desta contratação é de R\$ 5.990.275,08 (cinco milhões e novecentos e noventa mil e duzentos e setenta e cinco reais e oito centavos).

Para a definição do preço estimado da contratação, foi realizada uma pesquisa de mercado, consulta ao banco de preços, conforme estabelece o Decreto Municipal nº 15.500/2022 e as boas práticas da administração pública.

4.2 – DAS QUANTIDADES SOLICITADAS:

As quantidades estimadas para a presente contratação foram definidas com base no levantamento do parque de iluminação pública existente no Município de Divinópolis/MG, considerando o número de pontos de iluminação cadastrados (e a serem atualizados), a extensão territorial (incluindo perímetro urbano, zona rural e comunidades afastadas), bem como o histórico de consumo de materiais e de demandas por serviços de manutenção preventiva e corretiva.

Foram também considerados dados históricos de atendimentos, ordens de serviço executadas, índices de falhas no sistema, expansão da rede de iluminação pública e a necessidade de garantir atendimento contínuo e eficiente à população.

Adicionalmente, as quantidades contemplam não apenas os serviços de manutenção e fornecimento de materiais, mas também a operação do sistema de gestão, cadastramento e atualização dos pontos de iluminação pública, atendimento via call center, despacho de ordens de serviço e demais atividades necessárias ao pleno funcionamento do sistema. Dessa forma, os quantitativos foram dimensionados com o objetivo de assegurar a continuidade dos serviços, a economicidade da contratação e a adequada cobertura de todo o território municipal, garantindo eficiência e qualidade na prestação dos serviços de iluminação pública.

4.2.1 - Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns e não se enquadram como bem de luxo, conforme decretos federal e municipal.

5- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DAS EMPRESAS LICITANTES:

Conforme anexo do edital.

6 - DA VALIDADE DO CONTRATO:

6.1 - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, tendo início a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme limites legais.

6.2 No caso de eventual prorrogação o índice de reajuste será O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE.

7 - DA GARANTIA DO CONTRATO:

7.1 Será exigida garantia de execução contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, observados o percentual e as condições estabelecidos nas cláusulas contratuais.

7.2 Na hipótese de opção pela modalidade **seguro-garantia**, a adjudicatária deverá apresentar a respectiva apólice até a data da assinatura do contrato.

7.3 Caso a garantia seja prestada nas modalidades **caução** ou **fiança bancária**, sua apresentação deverá ocorrer no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

7.4 O contrato conterá detalhamento complementar acerca das regras, condições e procedimentos aplicáveis à prestação, manutenção e eventual execução da garantia contratual.

8 - DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

8.1– A Prefeitura Municipal de Divinópolis/MG reserva-se no direito de não receber os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório.

8.2 - A contratada deverá comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos serviços solicitados, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

8.3 – Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.4 – Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5 – O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9 - PRAZOS PARA ATENDIMENTO:

9.1. Manutenção:

9.1.1. Conforme já descrito o gerenciamento do Sistema de Iluminação Pública – SIP é da Prefeitura, o “Call Center” para o recebimento e registro das demandas será contratado no lote 2.

9.1.2. Cabe a Prefeitura e a empresa de Call Center repassar a Contratada as demandas registradas em ordem cronológica, através de e-mail, telefone ou sistema de gestão da manutenção do município, devendo a Contratada atendê-los dentro da maior eficácia após o recebimento das demandas observando os seguintes prazos:

- ✓ 48 (quarenta e oito) horas para a zona urbana, após a abertura do chamado no sistema;
- ✓ 72 (setenta e duas) horas para a zona rural, após a abertura do chamado no sistema;
- ✓ Imediatamente em caso de urgência, após a abertura do chamado no sistema.

9.1.3. Deverá a Prefeitura ser informada diariamente pela Contratada, por e-mail, a lista de pontos atendidos no dia anterior, para efeito de fiscalização e controle, apresentando, se for o caso, a justificativa para o não atendimento de alguma demanda e a sua programação de resolução.

10 - MULTAS:

10.1. Caso a Contratada não cumpra a programação estabelecida e não acatando a Prefeitura as justificativas apresentadas, esta ficará sujeita as seguintes penalidades:

- ✓ 40 (quarenta) vezes o valor do ponto pelo não atendimento em 48 (quarenta e oito) horas do repasse da demanda pela Prefeitura na zona urbana;
- ✓ 20 (vinte) vezes o valor do ponto por dia de atraso até seja regularizada a situação; 40 (quarenta) vezes o valor do ponto pelo não atendimento em 72 (setenta e duas) horas do repasse da demanda pela Prefeitura na zona rural;
- ✓ 20 (vinte) vezes o valor do ponto por dia de atraso até seja regularizada a situação na zona rural;
- ✓ A não apresentação do documento de descarte ambiental com destinação final ecologicamente correta dos resíduos dos equipamentos de iluminação, no prazo estipulado de 90 (noventa) dias, ensejará na retenção da medição até a regularização e ainda a aplicação de multa diária equivalente a 30 (trinta) pontos de iluminação;
- ✓ multa de 30% (trinta por centos) do valor total do contrato por paralisação e ou abandono do contrato.

11. MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

11.1. A remuneração das atividades concernentes à manutenção do Sistema de Iluminação Pública executado como disposto neste Termo será calculado, a cada mês, pela multiplicação do preço unitário

por ponto luminoso proposto pela Contratada, pelo número total de pontos luminosos existentes no Sistema de Iluminação Pública do Município no mês de referência da medição.

OBS: No caso do município realizar alguma obra de ampliação do sistema de iluminação o mesmo passara a englobar o parque para o efeito de medição e pagamento,

11.2 – Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos serviços com a devida liquidação da nota fiscal.

11.3 – A contratada, para o recebimento dos pagamentos, fica obrigada a manter atualizadas as certidões de regularidades fiscal com CND MUNICIPAL, CND ESTADUAL, FGTS, INSS, CNDT.

11.4 – Caso ocorra atraso no pagamento o mesmo sofrerá atualização monetária entre a data prevista e a do efetivo pagamento através da variação do INPC ou IPCA, conforme a regulamentação vigente na ocasião.

11.5 – Os pagamentos serão realizados por meio de depósito bancário, razão pela qual a empresa deverá informar nas Notas Fiscais seus dados bancários e o número da Solicitação de Fornecimento que vier a ensejar o(s) futuro(s) fornecimento(s).

11.6 – Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.7 – Conforme Decreto Municipal nº 15.680/2023 e orientações das Instruções Normativas RFB nº 2.145/2023 e nº 1.234/2012 e Anexos I a V, sobre as retenções de tributos incidentes sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou a prestação de serviços, pelos órgãos da administração pública direta Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas autarquias e fundações, fica o Município de Divinópolis obrigado a efetuar a retenção/recolhimento do imposto sobre a renda na fonte, seguindo as normas supracitadas.

11.7.1 – Portanto, as notas fiscais, faturas e recibos de fornecimento de bens ou prestação de serviços emitidas à Prefeitura de Divinópolis deverão constar o valor a ser retido do imposto sobre a renda, conforme disposto no anexo I da IN RFB nº 1234/2012, salvo hipóteses em que não haverá retenções de acordo com seu art. 4º, sendo necessário realizar as devidas comprovações.

11.7.2 – Os valores de imposto sobre a renda a serem retidos deverão ser informadas no documento fiscal em campo próprio e, na inexistência deste, a informação deverá constar no campo de "Informações Complementares".

11.7.3 – A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por o atendimento às especificações técnicas.

12 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

12.1 - Poderão participar interessado cujo ramo de atividade seja compatível com o respectivo objeto, mediante prévio credenciamento perante o provedor do sistema eletrônico.

12.2 - Seguir estritamente as especificações técnicas, onde os serviços deverão estar em conformidade com o que fora solicitado, material de fabricação, apresentação, condições de conservação.

12.3 - A empresa contratada deverá atender às regulamentações em vigor atinentes à autorização de funcionamento e/ou fornecimento de materiais/serviços, conforme sua área de atuação comercial, demonstrando regularidade perante órgãos fiscalizadores do governo ou de autarquias competentes, conforme o caso.

12.4 - A empresa vencedora deverá atender às exigências de sustentabilidade ambiental. Ressalta-se que as contratações realizadas pela Administração Pública devem primar pela utilização de materiais recicláveis, com vida útil mais longa, que contenham menor quantidade de materiais perigosos ou tóxicos, consumam menor quantidade de matéria-prima e energia, e orientem as cadeias produtivas a práticas mais sustentáveis de gerenciamento e gestão. Os materiais deverão apresentar padrões de produção de bens e serviços a partir de critérios, procedimentos administrativos e jurídicos que sinalizem, para o Contratante, os patamares de custos e padrões produtivos/tecnológicos mais adequados sob o ponto de vista da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

12.5 - O licitante deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STI/MPOG, bem como, o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.

12.6 – Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

13 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1 – A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.2 – Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso.

13.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);

13.4 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.5 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.6 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.7 – Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.8 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

13.9 - Fornecer mão-de-obra qualificada e compatível com os serviços objeto desta contratação;

13.10 - Fornecer todo equipamento e material necessários para a execução do objeto contratual, observando a qualidade e procedência, trabalhando sempre com materiais de primeira linha, devidamente certificados;

13.11 - Assumir integral responsabilidade por danos causados ao Município e a terceiros, inclusive por acidentes ou mortes, perdas e destruições parciais e ou totais, isentando o Município de todas as reclamações que possam surgir, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos prepostos da contratada ou de qualquer pessoa física ou jurídica, empregada ou ajustada na prestação dos serviços;

13.12 - Arcar com salários, encargos sociais, trabalhistas, plano de saúde, seguro de vida e impostos referentes à execução dos serviços;

13.13 - Proceder às correções solicitadas pela fiscalização;

13.14 - Sinalização e segurança nos locais de trabalho, fornecendo todos os equipamentos de proteção necessários;

13.15 - Cumprir todas as leis e posturas vigentes, inclusive as relativas à higiene, medicina e segurança do trabalho sendo única responsável pelas infrações a que tiver dado causa durante a execução do objeto contratual, correndo por conta as multas que, eventualmente forem impostas por sanções;

13.16 - Todas as interferências eventualmente identificadas ou causadas durante a execução dos serviços de manutenção, tais como redes de abastecimento de água, cabos e eletrodutos telefônicos e elétricos, redes de drenagem pluvial, entre outras infraestruturas existentes, serão de inteira responsabilidade da contratada.

Caberá à contratada adotar todas as medidas preventivas necessárias, bem como proceder à imediata reparação integral de eventuais danos ocasionados, restabelecendo as condições originais das estruturas afetadas, sem prejuízo da qualidade e segurança dos serviços.

Em nenhuma hipótese, tais ocorrências implicarão em ônus adicional para o Município, sendo todos os custos decorrentes de responsabilidade exclusiva da contratada.

13.17 - Todos os materiais a serem utilizados nos serviços deverão obrigatoriamente ter aprovação previa da fiscalização, dentro das especificações e planilha, ficando a cargo da Contratada a substituição dos mesmos se utilizados sem aprovação ou caso reprovados posteriormente;

13.18 - A execução dos serviços propostos pela contratante deverá obedecer rigorosamente às normas e especificações constantes no Termo de Referência, parte integrante do Edital;

13.19 - Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade, segurança, resistência, durabilidade e funcionalidade;

13.20 - Dispor de todo e qualquer material, peça ou equipamento necessários a prestação do serviço com quantitativos suficientes para a perfeita execução do objeto contratual;

13.21 - Resguardar o Município contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviço executado por força de contrato;

13.22 - Responsabilizar-se pelo controle de qualidade dos serviços executados, reparando a suas expensas aqueles defeituosos;

13.23 - Participar de reuniões programadas pela Prefeitura Municipal de Divinópolis;

13.24 - Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o Município, acatando as orientações e decisões do mesmo;

13.25 - Fornecer ao Município o planejamento detalhado da execução dos serviços solicitados pelo mesmo durante a vigência do Contrato;

13.26 - Solicitar, quando necessário a elaboração de eventuais planilhas para aditivo ao contrato referente a execução de serviços inicialmente não previstos, com detalhamento, justificativas, memória de cálculo e planilha orçamentária para serem analisados e atestados pela Fiscalização antes de serem encaminhados para a devida execução;

13.27 - Ficará a critério da Fiscalização impugnar, mandar substituir, serviços ou equipamentos executados em desacordo, com as especificações e normas técnicas vigentes ou mal executados. As

despesas decorrentes destas solicitações e o retrabalho correrão por conta exclusivamente da contratada, inclusive naqueles casos em que os serviços tenham sido executados por empresa especializada;

13.28 - Durante a execução dos serviços, a Contratada deverá:

13.28.1. Providenciar junto a entidade competente as Anotações de Responsabilidade Técnica ART's referentes ao objeto do Contrato e especialidades pertinentes, nos termos da legislação em vigor;

13.28.2. Facilitar por todos os meios ao seu alcance a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços, bem como atendendo prontamente as solicitações que forem efetuadas pelo Município;

13.28.3. Obedecer rigorosamente às especificações técnicas vigentes em âmbito federal, estadual e municipal, as normas técnicas da concessionária local "CEMIG" para execução dos serviços de Iluminação Pública solicitados pelo Município;

13.28.4. Substituir ou refazer, dentro dos prazos estabelecidos pelo Município e sem ônus para o mesmo, as partes de serviços que apresentarem defeitos ou vícios de execução;

13.28.5. Substituir a pedido do Município, qualquer empregado que não apresente competência para execução das tarefas e/ou conduta nociva a boa administração dos serviços;

13.28.6. Cumprir integralmente todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, que sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de inobservância;

13.28.7. Manter todo o pessoal devidamente uniformizado e identificado, deverá dispor de todo e qualquer ferramental necessário a perfeita execução dos serviços, inclusive EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletiva) que passara por inspeção mensal.

13.28.8. Manter uma equipe de pronto atendimento 24 horas para atendimento emergencial;

13.29.9 - Encerrada a vigência contratual, a contratada deverá disponibilizar à contratante, em meio digital e em formato aberto, editável e interoperável, a íntegra dos dados, relatórios, cadastros e demais informações produzidas, alimentadas ou tratadas ao longo da execução do contrato. A entrega deverá contemplar, no mínimo, o banco de dados completo

do sistema de gestão, histórico de ordens de serviço, registros de atendimento do call center, medições realizadas, relatórios gerenciais, cadastro atualizado dos pontos de iluminação pública e quaisquer outros registros relevantes à continuidade dos serviços. Os arquivos deverão ser entregues de forma organizada, estruturada e devidamente documentada, acompanhados de dicionário de dados e orientações técnicas necessárias à correta interpretação e utilização das informações, assegurando sua integridade, consistência e rastreabilidade. A contratada deverá, ainda, prestar suporte técnico para a migração e transferência dos dados para eventual novo sistema ou futura contratada, de modo a garantir a continuidade dos serviços, sem prejuízo à Administração Pública. A disponibilização de todas as informações deverá ocorrer sem qualquer ônus adicional para a contratante, constituindo obrigação essencial para o adequado encerramento do contrato e transição para novo certame.

14 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

14.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

14.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

14.3 – Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

14.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

14.5 – Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência.

14.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Edital;

14.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

14.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Referência, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14.9 – A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

14.10 – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.11 - O controle e planejamento das atividades a serem realizadas no SIP serão exercidos pela Prefeitura a quem caberá:

14.12 - Fiscalizar registro de todas as solicitações de serviços de manutenção pelo município ou pela própria Administração, através de serviço call Center que será licitado nesse processo.

14.13 - Repassar as informações e reclamações recebidas para a Contratada afim de que ela possa estabelecer seu roteiro de trabalho;

14.14 - Gerenciamento do CIP quanto ao consumo e o valor despedido com a iluminação pública junto a Concessionária;

14.15 - Indicar, através de documento assinado, o Fiscal do Contrato com amplos conhecimentos sobre do seu objeto;

14.16 - Proporcionar livre acesso aos técnicos e prepostos da contratada aos locais que estiverem sob o controle do Município, que possam ajudar na boa execução dos serviços previstos nesta contratação;

14.17 - Informar, aos usuários dos serviços de Iluminação Pública, das obrigações e dos limites contratuais;

14.18 - Não autorizar nenhuma modificação nas instalações de iluminação pública sem informar a Contratada;

14.19 - Informar a contratada sobre qualquer mau funcionamento no Sistema;

14.20 -Processar mensalmente a medição dos serviços realizados e aprovados;

14.21 - Efetuar os pagamentos dentro das condições contratuais;

14.22 - Aprovar e receber os serviços executados após sua vistoria.

15 - INFORMAÇÕES GERAIS:

15.1- As dúvidas em relação a especificação do item ou outras informações deste documento poderão ser esclarecidas pelo telefone: (37)3229-6652 com Izaias Mezencio da Silva.

15.2 - Para melhor entendimento da terminologia e definições técnicas utilizadas neste Termo de Referência seguem abaixo as suas especificações:

15.2.1 - PONTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

É o conjunto completo, constituído por uma luminária e seus acessórios (lâmpada, braço, fiação, reator e relé-fotoelétrico e demais outros materiais necessários), indispensáveis ao seu funcionamento, suprido pelo mesmo circuito elétrico. Chamado também ponto de IP.

15.2.2 - PONTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO TIPO AÉREO

É o conjunto constituído por uma luminária e seus acessórios, sustentada por estrutura pertencente à concessionária ou à própria Prefeitura, cujo circuito alimentador é constituído de condutores instalados ao ar livre.

15.2.3 - PONTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO TIPO SUBTERRÂNEO

É o conjunto constituído por uma luminária e seus acessórios, além de postes, braços, suporte ou colunas, e cujo circuito alimentador compõe-se de condutores instalados em eletrodutos subterrâneos ou enterrados diretamente no solo, sejam de propriedade da concessionária ou da Prefeitura.

15.2.4 - PONTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO TIPO ORNAMENTAL

É o conjunto de concepção estética, auto-suportado através de postes de aço, de alumínio ou ferro fundido, constituído por bases, colunas, braços e suportes também em aço ou ferro fundido ou alumínio fundido, para a iluminação de praças, avenidas duplicadas, trevos, etc. São também classificadas como ornamentais alguns pontos de iluminação específicos que estão localizadas em locais diferenciados valorizando monumentos públicos.

15.2.5 - REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

É o conjunto de circuitos que tem por finalidade alimentar diversos pontos de iluminação pública, sustentados por postes de concreto circular, duplo T ou de concreto com cronicidade reduzida, ou também de aço, com uma ou mais luminárias. Quando os cabos elétricos alimentadores são aparentes e fixados no alto dos postes ela diz-se REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA AÉREA. Quando os cabos elétricos alimentadores estão instalados em eletrodutos enterrados no solo ela diz-se REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA SUBTERRÂNEA.

15.2.6 - MANUTENÇÃO CORRETIVA

Serviços executados em um Sistema de Iluminação Pública em consequência da ocorrência de defeito ou acidente para recuperar ponto apagado ou eliminar situação de risco a população e/ou patrimônio.

15.2.7 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Serviços planejados e executados em um Sistema de Iluminação Pública objetivando evitar a ocorrência de defeitos e/ou minimizar seus efeitos. A Manutenção Preventiva poderá ser iniciativa da empresa contratada ou da Prefeitura.

15.2.8 - MANUTENÇÃO EMERGENCIAL

São aquelas decorrentes de situações imprevistas e que devem ter sua correção ou reparo executado de forma rápida para evitar danos ao Sistema e sanar danos que possam provocar prejuízos físicos ou materiais aos cidadãos.

15.2.9 - EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA

Consiste na prestação de serviços de substituição de pontos de iluminação existentes por luminárias e/ou equipamentos mais modernos, de melhor desempenho e maior eficiência para assegurar melhores níveis de luminosidade e a redução de consumo.

15.2.10 - RONDA

Constitui-se na visita às ruas e praças da cidade de forma a verificar situações de inconformidade, na maioria das vezes sendo pontos de IP apagados, mas também situações de risco, necessidade de melhoria da iluminação pública, prevenção de danos materiais ao patrimônio público ou de terceiros, etc. Nos logradouros, deverá ser realizada inspeção (ronda) nas instalações de iluminação pública, visando detectar lâmpadas apagadas ou acesas indevidamente, unidade fora de prumo, abalroadas, faltantes ou com luminária faltante ou compartimento aberto, braço ou suporte fora de posição, caixa de passagem com tampa quebrada ou faltante. A ronda deverá ainda detectar qualquer irregularidade que venha colocar em risco a segurança da população ou do sistema. O veículo que realiza a ronda deverá possuir rastreador GPS disponível para que a CONTRATANTE possa analisar e fiscalizar a execução da atividade.

15.2.11 - SERVIÇOS DE PRONTO ATENDIMENTO / EMERGÊNCIAIS

Correspondem aos serviços requeridos em algum equipamento ou componente físico de IP que esteja ocasionando obstrução parcial ou total à circulação normal de veículos ou pedestres e/ou que ofereça riscos, ou danos, de qualquer natureza à população e/ou ao patrimônio público ou de terceiros, ou ainda em que a falta da Iluminação possa possibilitar algumas das situações descritas.

15.2.12 - CADASTRAMENTO PONTOS ILUMINAÇÃO PÚBLICA – IDENTIFICAÇÃO POSTES

Corresponde ao levantamento de todos os pontos de Iluminação Pública pertencentes ao Sistema de Iluminação Pública do Município e seu respectivo cadastramento e inserção no sistema informatizado, com a respectiva identificação de cada Poste com plaqueta de identificação, através do nº do mesmo e da potência da lâmpada existente na luminária nele instalada. Cada poste deverá utilizar uma plaqueta com um número facilitando a identificação pelo contribuinte em caso de reclamação futura.

15.2.13 - ESTAÇÃO TRANSFORMADORA

Conjunto destinado a alimentar circuitos de Iluminação Pública, composto por transformadores e respectivos equipamentos de comando e proteção.

15.2.14 - MELHORIA/AMPLIAÇÃO DO ÍNDICE DE ILUMINAMENTO

A contratada pode criar programas de aumento da potência das lâmpadas em um conjunto de luminárias de uma via pública ou integralmente de um Bairro ou de toda cidade,

15.2.15 - PONTO MANUTENIDO

É o ponto de iluminação pública que foi consertado ou que sofreu manutenção porque estava apagado ou acesso direto por defeito ou mau funcionamento de algum de seus componentes, voltando a funcionar dentro da normalidade.

15.2.16 - PONTO CONVENCIONAL

É o ponto de iluminação pública que está numa altura até 08 (oito) metros do solo, independentemente do modelo da luminária, do tipo da Lâmpada e se os equipamentos auxiliares são acoplados ou não.

15.2.17 - PONTO SEMI-CONVENCIONAL

É o ponto de iluminação pública que está numa altura acima de 08 (oito) metros e abaixo de 12 (doze) metros do solo, independentemente do modelo da luminária, do tipo da lâmpada e se os equipamentos auxiliares são acoplados ou não.

15.2.18 - PONTO NÃO CONVENCIONAL

É o ponto de iluminação pública que está numa altura acima de 12 (doze) metros do solo, independentemente do modelo da luminária, do tipo da lâmpada e se os equipamentos auxiliares são acoplados ou não.

15.2.19 - CALL CENTER

Traduzida do inglês “call” (chamada) “center” (central). É uma central de atendimento que possui o objetivo de fazer a interface entre o munícipe e a empresa que executa a manutenção do iluminação pública .

15.2.20 - EFICIENTIZAÇÃO

A efficientização pressupõe através de ações planejadas a gradativa substituição do Parque de Iluminação convencional por luminárias de tecnologia mais avançada e que permitam ao Município:

- ✓ Reduzir a potência instalada do Parque e consequentemente reduzir o gasto com energia elétrica;
- ✓ Aumentar a eficiência luminosa de tal maneira que com menor potência tenha maior luminosidade;
- ✓ Reduzir os pontos de manutenção na rede de iluminação em especial os equipamentos eletromecânicos e eletrônicos, como reatores, ignitores e relés fotoelétricos;
- ✓ Reduzir gradativamente a necessidade de manutenção;
- ✓ Buscar alternativas que agredam menos ao meio ambiente.

16 - PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS

O Parque de Iluminação Pública de DIVINÓPOLIS/MG é composto atualmente da seguinte forma:

Tipo de Lâmpada	Potência Unitária da Lâmpada (W)	Quantidade Lâmpadas	%
LED	23	5	0,02%
LED	25	1	0,00%
LED	30	2	0,01%
LED	32	1	0,00%
LED	35	1	0,00%
LED	40	28	0,09%
LED	50	2609	8,08%
LED	52	1657	5,13%
LED	53	2	0,01%
LED	54	1	0,00%
LED	55	55	0,17%
LED	57	740	2,29%
LED	58	410	1,27%
LED	60	9113	28,23%
LED	62	428	1,33%
LED	65	225	0,70%
LED	70	3343	10,36%
LED	75	1	0,00%
LED	80	1143	3,54%
LED	85	1	0,00%
LED	88	70	0,22%
LED	90	871	2,70%
LED	96	14	0,04%
LED	100	485	1,50%
LED	101	3	0,01%
LED	105	319	0,99%
LED	115	33	0,10%
LED	120	558	1,73%
LED	125	4	0,01%
LED	130	60	0,19%
LED	135	570	1,77%
LED	145	103	0,32%
LED	150	1712	5,30%
LED	160	16	0,05%
LED	180	173	0,54%
LED	186	9	0,03%
LED	200	799	2,47%

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OPERAÇÕES E SERVIÇOS URBANOS -SEMSUR

Rua: Jose Balbino Pereira, nº171, Bairro Espírito Santo – CEP: 35500-254 – Pátio da Prefeitura
 (37) 3229-6650 – (37)3229-6669 – e-mail: administrativo.semsur@divinopolis.mg.gov.br

LED	220	587	1,82%
LED	250	5	0,02%
LED	400	2	0,01%
VME	70	26	0,08%
VME	80	592	1,83%
VME	100	20	0,06%
VME	125	1321	4,09%
VME	250	2	0,01%
VME	400	32	0,10%
MET	100	13	0,04%
MET	150	3	0,01%
VSO	60	3	0,01%
VSO	70	786	2,43%
VSO	80	48	0,15%
VSO	100	2586	8,01%
VSO	125	154	0,48%
VSO	150	232	0,72%
VSO	250	217	0,67%
VSO	350	1	0,00%
VSO	400	88	0,27%
TOTAL		32283	100,00%

Pontos aonde a Medição

Tipo de Lâmpada	Potência Unitária da Lâmpada (W)	Quantidade Lâmpadas	%
LED	200	479	50,00%
LED	220	161	19,33%
LED	250	161	10,00%
LED	400	126	20,66%
TOTAL		927	100,00%

16.1 - De acordo com obras de ampliação em andamento poderá ocorrer um acréscimo de pontos de iluminação pública no Parque, entretanto não ultrapassara o limite de 25% estabelecido pela legislação vigente.

17 - RECURSOS DE PESSOAL, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES

17.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o treinamento, qualificação e quantificação dos recursos de mão-de-obra, material e equipamentos necessários aos trabalhos para o cumprimento dos prazos e demais exigências do Edital e seus anexos, observando as quantidades mínimas necessárias;

17.2 - É de responsabilidade também da CONTRATADA o pleno cumprimento das leis e normas regulamentares na execução dos trabalhos e nas condições de segurança, cabendo exclusivamente à Contratada a responsabilidade por ações trabalhistas, previdenciárias ou decorrentes de acidentes provocados por seus empregados ou prepostos;

17.3 - A CONTRATADA deverá manter Engenheiro Responsável pela execução continua dos serviços, o qual deverá atender às solicitações da CONTRATANTE e atendê-los dentro da maior eficácia;

17.4 - Todas as ferramentas necessárias e a serem utilizadas quando da execução de quaisquer serviços deverão estar sempre ao dispor do pessoal que executará tais serviços, jamais sendo aceita alegação de falta de ferramental disponível;

17.5 - Será realizada inspeção mensal pelo fiscal de contrato nos equipamentos utilizados pela equipe, todo ferramental, EPIS, e veículos serão vistoriados e o contratado deve manter todos conforme descrito nesse termos sendo passível de multa em caso de irregularidade.

17.6 - Os veículos necessários à perfeita execução de todo e qualquer serviço também serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA que deverá mantê-los no Município;

17.7 - As Instalações físicas para almoxarifado, para guarda de veículos, ferramentas e equipamentos, acomodação do pessoal, escritórios, etc. são de exclusiva responsabilidade da Contratada.

18 - MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS:

18.1 - Os materiais necessários aos serviços objeto da presente licitação serão adquiridos e fornecidos pela empresa Contratada de fabricantes devidamente qualificados e certificados, todos deverão ser de boa procedência e adquiridos junto a empresas de boa reputação no mercado;

18.2 - Os materiais devem atender integralmente as normas da ABNT e INMETRO/PROCEL, quando aplicável;

18.3 - Qualquer aplicação de material diverso deverá estar devidamente testada, certificada e autorizada pela contratante. A Prefeitura a seu critério pode recorrer a Concessionária para auxiliá-la na avaliação, antes da autorização da instalação.

19 - INSPEÇÕES DE AQUISIÇÃO

19.1 - Todos os materiais adquiridos pela Contratada serão inspecionados pelo contratante e quando for o caso, por corpo técnico da Concessionária, sempre nas dependências da Contratada;

19.2 - Todas as despesas decorrentes da inspeção deverão ser suportadas exclusivamente pela Contratada, inclusive aquelas decorrentes de ensaio destrutivo;

19.3 - A aquisição de materiais pela Contratada deverá ser dimensionada e planejada de forma que todos os materiais sejam inspecionados de acordo com as rotinas dos Municípios.

20 - CONTROLE DE QUALIDADE

20.1 - A CONTRATADA se obriga, a partir da assinatura do contrato, a GARANTIR A QUALIDADE de todo e qualquer material aplicado no Sistema de Iluminação Pública;

20.2 - Toda documentação solicitada nas etapas de inspeção e liberação farão parte do acervo do contratante, de forma a garantir a rastreabilidade e o controle de qualidade;

20.3 - A qualquer momento a CONTRATANTE poderá requisitar amostras dos produtos para a realização de ensaios para controle da qualidade. Estes ensaios serão suportados exclusivamente pela Contratada.

21 - GESTÃO DE MATERIAIS

21.1 - Deverá ser criado no mínimo 01 (um) almoxarifado, dentro no perímetro urbano do Município, para os materiais novos adquiridos pela empresa CONTRATADA para aplicação no Sistema de Iluminação Pública do Município e para os materiais retirados das ruas durante os serviços de manutenção;

21.2 - O almoxarifado deverá estar devidamente estruturado para o armazenamento e a movimentação dos materiais, contando com equipamentos adequados para tal finalidade. Deverá, ainda, dispor de pessoal suficiente para a realização das atividades de movimentação interna e carregamento de veículos;

21.3 - Dentro da área coberta deverão estar marcados e identificados os locais onde estarão armazenados os materiais retirados da iluminação pública e que serão pré-tratados pela Contratada, e posteriormente triados. Para os materiais classificados como Recuperável (R), Recuperável em Garantia

(RG) e Inservível (I), deverá existir um local marcado e identificado. O material inservível deverá ser separado em Nocivo ao Meio Ambiente (NMA-DESC) e Não Nocivo ao Meio Ambiente (ND);

21.4 - Todos os materiais, novos ou retirados da iluminação pública, deverão ser armazenados de forma adequada e de maneira a garantir a integridade, a conservação, o controle e a fiscalização dos estoques;

21.5 - Em hipótese alguma poderá a CONTRATADA ou qualquer de seus funcionários (que será enxergado como a CONTRATADA), doar, emprestar, permutar, enfim desenvolver qualquer operação de qualquer espécie envolvendo materiais retirados do Sistema de Iluminação Pública do Município de Divinópolis. Todos esses materiais pertencem ao Município e devem estar ao dispor do Município. Qualquer procedimento que configure inconformidade na relação com o material de propriedade do Município dará ensejo à devida indenização com as penalidades cabíveis.

22 - INFORMATIZAÇÃO DO ALMOXARIFADO

22.1 A CONTRATADA deverá manter sistema informatizado para controle e gerenciamento dos materiais armazenados no almoxarifado.

22.2 O sistema deverá permitir o registro e acompanhamento do estoque, garantindo o acesso do Município de Divinópolis às informações.

22.3 A CONTRATADA será responsável pela operação e atualização continua do sistema, assegurando a disponibilidade dos dados para fins de controle e fiscalização.

23 - TRIAGEM DE MATERIAIS E DESTINAÇÃO FINAL

23.1 - Todos os materiais retirados do sistema de iluminação pública serão transportados pela CONTRATADA para o seu almoxarifado. A CONTRATADA fará, às suas expensas, um pré-tratamento e acondicionamento dos mesmos. Esses materiais ficarão depositados em local apropriado, até que a CONTRATANTE indique a destinação final dos mesmos;

23.2 - A triagem dos materiais será efetuada por mão-de-obra fornecida pela CONTRATADA, sob a fiscalização da CONTRATANTE;

23.3 - As devoluções de materiais à Concessionária Local, quando for o caso, deverão ser acompanhadas da documentação legal pertinente, sendo que as guias de entrega deverão ser assinadas e carimbadas no seu verso por no mínimo um funcionário da Concessionária Local ou por pessoa por ela designada;

23.4 - Os serviços de movimentação de carga, descarga, manuseio e transporte dos materiais entre o almoxarifado da Contratada, e o da Concessionária, observadas as datas e locais programados, serão de responsabilidade da Contratada;

23.5 - Todos os materiais que puder ser reaproveitado deverá ser colocado sempre à disposição do Município, com relatório de quantitativos e classificação atualizados e está o usará segundo seus critérios, vontade e interesse;

23.6 - A Contratada jamais poderá utilizar os materiais salvados para recomposição em serviços de Manutenção, salvo condições onde houver autorização prévia do Município.

24 - DESCARTE DE MATERIAIS

24.1 - .A empresa contratada é responsável pelo armazenamento, transporte e destinação final dos materiais contaminantes retirados da rede de Iluminação Pública de propriedade do Município. Estes materiais contaminantes, principalmente os de Classe I, deverão ter sua destinação final realizada de forma sustentável e ambientalmente correta, feita por empresa credenciada por órgão ambiental oficial;

24.2 - .Ao final do processo deverá ser emitido um certificado de destinação do lote de materiais processados em nome do respectivo Município;

24.3 - O projeto de recolhimento, armazenamento e destinação final destes materiais deverá ser desenvolvido e supervisionado por profissional com qualificação técnica superior pertinente a esta atividade, com emissão do respectivo Laudo Técnico e ART pertinente junto a entidade competente.

24.4 - A empresa contratada poderá utilizar para todos os efeitos a política reversa para materiais contaminantes retirados dos sistemas de iluminação pública, desde que atenda o item 11.2 deste termo.

25 - PRAZO

O contrato será firmado no prazo de 12 (doze meses) a partir de sua assinatura, podendo, a critério da Administração, ser prorrogável conforme o artigo 105 e 107 da Lei Federal 14.133/21.

26 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços a serem prestados abrangem atividades de manutenção do Sistema de Iluminação Pública do Município em qualquer circunstância que esteja instalado.

26.1 MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM GARANTIA DE FUNCIONAMENTO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO:

26.1.1. Consiste na garantia de funcionamento do Sistema de Iluminação Pública, operação e manutenção das instalações, intervenções preventivas e corretivas, implantação de almoxarifado devidamente informatizado e a aplicação dos materiais com todos os serviços e reparos necessários.

26.1.2 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva englobam todas as atividades e cuidados técnicos necessários para assegurar o funcionamento regular e permanente do Sistema de Iluminação Pública. Estes serviços podem ser descritos como:

26.1.2.1. A inspeção de rotina em todos os pontos de iluminação e a correção de não conformidades detectadas que ficará a cargo da contratada;

26.1.2.2. Promover a revisão das conexões e do estado geral da unidade, cada vez que nela for realizada qualquer intervenção.

26.1.2.3. O pronto atendimento e a eficaz execução de serviços em caso de emergência dentro dos prazos previstos.

26.1.2.4. O atendimento a solicitações para substituição de lâmpadas apagadas à noite ou acesas de dia, ou substituição de qualquer acessório que cause a inconformidade, com revisão no circuito dentro dos prazos previstos.

26.1.2.5. Triagem e recuperação dos materiais retirados da rede e devolução ao município, seguindo instruções da Fiscalização, com descarte dos materiais nocivos ao meio ambiente.

26.1.2.6. A substituição ou reparo nos equipamentos e acessórios com defeito, descritos a seguir, que estejam causando qualquer tipo de inconformidade no ponto de Iluminação Pública:

26.1.2.6.1. Lâmpadas ou luminárias queimadas ou quebradas;

26.1.2.6.2. Relés fotoelétricos com defeito;

26.1.2.6.3. Chaves magnéticas com defeito;

26.1.2.6.4. Reatores com defeito;

26.1.2.6.5. Ignitores com defeito;

26.1.2.6.6. Tampas em postes para acesso aos fusíveis ausentes ou danificados;

26.1.2.6.7. Base para fusíveis e fusíveis com defeito;

26.1.2.6.8. Soquetes com defeitos;

26.1.2.6.9. Braços de luminárias em final de vida útil , ou danificados quando solicitados sua substituição pela Contratante e verificado durante as rondas ;

26.1.2.6.10. Luminárias ou projetores defeituosos ou em mau estado de conservação; 26.1.2.6.11. Rede de alimentação aérea ou subterrânea interrompida;

26.1.2.6.12. Fiação interna dos braços e postes;

26.1.2.6.13. Conectores;

26.1.2.6.14. Lâmpadas apagadas.

26.1.2.6.15. Qualquer serviço, material e equipamento necessário para manter o parque em perfeito estado de funcionamento.

26.1.2.6.15. Tampas das caixas de inspeção se por venturar forem furtadas ou avariadas é de responsabilidade da contratada reparar e deixar em pleno funcionamento

26.1.2.7. E de responsabilidade da contratada acionar as garantias pertinentes junto a empresa que substitui as luminárias convencionais ou diretamente com o fabricante dentro do prazo de 5 anos .

26.1.2.7.1 As luminárias de LED que integram o parque correspondem a 85 % e parte delas já se encontra fora da garantia deverá ser feita a manutenção se necessário esse serviço deverá ser diluído no valor unitário do parque já previsto na composição de custo. Essas manutenções devem ser feitas como os mesmos componentes da luminária com defeito (usar mesmo drive e placa de led e defletor de acrílico que já vem de fábrica projetado para esse fim), se for identificado que esta sendo usado produtos inferiores que prejudicam a luminescências das vias será aplicada multas previstas nesse termo. A relação de eficiência de no mínimo 150 L/w (lumes por watts) deve ser mantida ou especificações superiores nas trocas/manutenções que necessário forem.

26.1.2.8. Todos os serviços de manutenção deverão ser registrados. Os registros deverão estar ordenados por número de solicitação, a emissão das ordens de serviço ficara a cargo do Call Center encaminhados para a contratada as ordens abertas para execução dos serviços, a prefeitura deverá ter acesso ao sistema de gestão das ordens para fiscalização e retiradas de informações pertinentes dos serviços executados.

26.1.2.9. O cadastro do Parque de iluminação deve ser feito pela contratada e atualizados, dentro do gerenciamento do Sistema. Deverá ser instalada plaqueta de identificação no braço da luminária, esse

serviço deverá ser diluído no valor unitário do parque já previsto na composição de custo. Os dados que deveram ser cadastrados nos sistemas de gestão pela contratada e devem constar os itens abaixo:

- ✓ Plaqueta de identificação no braço da luminária.
- ✓ Coordenadas de latitude e longitude que deverão ser obtidas através de sistema de geo-referenciamento via satélite, sistema de posicionamento global - GPS (global position system);
- ✓ O bairro;
- ✓ O nome do logradouro;
- ✓ O número do imóvel mais próximo da unidade de iluminação;
- ✓ O tipo, altura e material do poste.
- ✓ O tipo, dimensões e características do braço ou suporte;
- ✓ O tipo de luminária e suas características construtivas;
- ✓ O tipo e potência da lâmpada;
- ✓ O tipo e potência do reator;
- ✓ O tipo de comando (em grupo ou individual);
- ✓ Registro fotográfico da luminária com a plaqueta de identificação.

26.2. ADMINISTRAÇÃO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA:

26.2.1. Atualização permanente da base de dados patrimonial do Sistema de Iluminação Pública do Município é, nessa contratação, encargo da CONTRATADA;

26.2.2. Gerenciamento permanente de todos os serviços relativos à Iluminação Pública é, nessa contratação, encargo da Prefeitura sendo as solicitações serão recebidas e distribuídas pela empresa do call center;

26.2.3. Busca de técnicas e métodos para continua melhoria dos serviços prestados é um esforço conjunto da CONTRATANTE e CONTRATADA;

26.2.4. A CONTRATADA pode ser chamada a prestar de assessoria técnica ao Município no que se refere à fixação das políticas de ação, tendo em vista a realização dos serviços públicos objeto desta contratação;

26.2.5. A CONTRATADA sempre que requisitado deve acompanhar e assessorar Município em reuniões com terceiros para tratar de assuntos que envolvam o Sistema de Iluminação Pública.

26.3. GERENCIAMENTO DO USO DE ENERGIA:

26.3.1.A responsabilidade pelo gerenciamento da energia consumida no Sistema de Iluminação Pública é da Prefeitura, cabendo a CONTRATADA ajudar a desenvolver ações contínuas que possibilitem redução do consumo de energia deste Sistema através de ações sustentáveis para economia de energia, bem como realizar o acompanhamento, verificação, controle e apuração, por circuito transformador, rua, localidade e região administrativa, da energia elétrica consumida no Sistema de Iluminação Pública, para efeito de supervisão pelo Município.

26.4. MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA:

A manutenção tem por objetivo atingir o nível de qualidade do serviço especificado neste Termo de Referência através de ações preventivas e corretivas com fornecimento e aplicação dos materiais e equipamentos que se façam necessários para execução dos serviços. Para a execução desse objetivo, caberá à CONTRATADA a realização das seguintes atividades:

26.4.1. Organizar conjuntos de equipes de manutenção, devidamente uniformizadas e com identidade visual própria, associada à identidade do Município, de modo a evidenciar que a manutenção corretiva e preventiva do Sistema de Iluminação Pública do Município esteja sendo realizada pela Contratada a serviço do Município;

26.4.2. Atualizados dados cadastrais imediatamente após cada intervenção de qualquer natureza no Sistema;

26.4.3. Realizar as intervenções necessárias nos pontos com defeitos, dentro dos prazos previstos neste Termo de Referência;

26.4.4. Relatar falhas no funcionamento do Sistema de Iluminação Pública em seu conjunto e de seus equipamentos, durante a rotina de manutenções e rondas, para determinação de ações preventivas;

26.4.5. Realizar a manutenção preventiva e corretiva, de acordo com as obrigações de resultado, quanto a:

- ✓ Garantia de funcionamento;
- ✓ Garantia do nível de iluminamento;
- ✓ Garantia de disponibilidade do Sistema;

- ✓ Garantia de excelência no aspecto visual e estético.

26.4.6. Realizar, na manutenção, a substituição dos equipamentos de iluminação pública, sempre que necessário, durante o período contratual;

26.4.7. Utilizar nas luminárias, graxa especial nas dobradiças das tampas basculantes lubrificadas com óleo, específico para este uso, de alta penetração;

26.4.8. Controle visual das Instalações:

A Contratada deverá auxiliar a Prefeitura no controle visual das instalações, durante as rotinas de manutenção, com o objetivo de detectar as partes visíveis dos equipamentos da rede de iluminação pública e o estado de conservação do Sistema.

26.4.9. Intervenções e Correções das Instalações:

A Contratada deverá consertar os defeitos de acordo com os prazos fixados neste Termo de Referência, exceto quando da ocorrência de situações excepcionais de força maior previstas em Lei.

26.4.9.1. No que se refere a essas situações, a Contratada deverá informar o Município, por escrito, orçar os trabalhos a serem efetuados e apresentar, com as respectivas justificativas, para o Município deliberar sobre a execução das intervenções que se façam necessárias.

26.4.10. Sustentabilidade Ambiental:

A contratada fará, dentro de seu almojarifado e às suas expensas, um tratamento prévio e acondicionamento dos materiais até a destinação final daqueles enquadrados na Lei de Crimes Ambientais e legislação complementar. Deverá assegurar a descontaminação de todas as lâmpadas de descarga retiradas da iluminação pública, por terem atingido o final da sua vida útil ou por outro motivo qualquer. Em hipótese alguma deverão ser quebradas, devendo a descontaminação ser executada por empresas de reciclagem credenciadas por Órgão Ambiental competente. No prazo máximo de 90 dias, deverá ser emitido para o Município um Certificado de Destinação Final, relativo a cada remessa realizada.

26.5. PODAS DE ÁRVORES

26.5.1. É parte integrante dos custos de manutenção do Sistema de Iluminação Pública a poda de galhos de árvores sistemática poda de galhos de árvores que estiverem sob as luminárias conforme a norma da ABNT NBR 5101: 2012 no seu item 6.2.10 , determina a

quantidade de poda que deve ser realizada garantindo qualidade da iluminação pública e seguindo requisitos estabelecidos pelo setor de iluminação e poda da Prefeitura.

Estas podas deverão ser realizadas com a rede energizada ou não, e não deverão comprometer as estruturas das árvores.

26.5.2. As equipes que podarão as árvores deverão utilizar equipamentos de proteção e ferramentais necessários para a utilização deste fim. Deverão ser obedecidas as normas do setor de parques pertencente a Secretaria Municipal de Operações Urbanas, e toda a legislação ambiental pertinente.

26.6. RONDA

26.6.1. A Contratada efetuará os serviços de ronda noturna e diurna às instalações de Iluminação Pública de todo o Município, com uma frequência de 4 dias por semanas sendo 8 (oito) horas por dia, no mínimo três bairros diários, vistoriado para observar lâmpadas apagadas durante a noite ou acesas durante o dia e outras eventuais falhas que possam comprometer o Sistema. O veículo que for destinado para a ronda deverá possuir sistema de rastreador GPS para melhorar a fiscalização e para o planejamento seja mais efetivo;

26.6.2. A Contratada deverá apresentar relatório, comprovando que realizou a ronda conforme descrito no item 17.6.1.

26.6.3. Se na ocorrência de um serviço de manutenção de um determinado ponto for verificada a necessidade de manutenção em outro ponto esse deverá ser realizado pela Contratada dentro de sua rotina;

26.6.4. O principal objetivo da ronda é antecipar a necessidade do contribuinte ter que ligar para a Prefeitura informando alguma inconformidade.

26.7 - RECURSOS MÍNIMOS DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS:

26.7.1 - EQUIPES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Para assegurar a normalidade operacional desejada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá dispor, no mínimo 4 (quatro) equipes, para atender as demandas com seguinte estrutura:

26.7.1.1. Estrutura mínima de cada equipe, conforme itens a seguir:

- 01 (um) eletricista;
- 01 (um) eletricista motorista, devidamente habilitado e capacitado para condução de veículos operacionais e execução de serviços em campo;
- Veículo apropriado à execução dos serviços, em conformidade com a legislação de trânsito vigente e normas de segurança do trabalho, devidamente equipado com cesta aérea, ferramentas e dispositivos necessários à realização das atividades de manutenção da iluminação pública.

A contratada deverá disponibilizar, no mínimo, 04 (quatro) veículos operacionais, com ano de fabricação no mínimo 2010/2010, todos em perfeitas condições de uso, manutenção e segurança. Dentre esses, ao menos 01 (um) deverá possuir equipamento de elevação tipo cesto aéreo com braço articulado ou telescópico, com alcance mínimo superior a 16 (dezesseis) metros, adequado para atendimento em locais de maior altura ou complexidade.

Todos os veículos deverão estar devidamente regularizados, segurados, identificados para prestação do serviço público e equipados conforme as exigências legais e normativas aplicáveis, incluindo itens de segurança, sinalização e equipamentos de proteção coletiva e individual necessários à execução dos serviços.

26.7.1.2. Estrutura de Almoxarifado:

- A Contratada deverá dispor de imóvel próprio ou locado, localizado no perímetro urbano do Município, com estrutura adequada para funcionamento de almoxarifado, guarda de veículos e instalação de escritório.

O espaço deverá estar devidamente equipado com mobiliário, equipamentos de informática, acesso à internet e meios de comunicação, bem como demais recursos necessários ao adequado desempenho das atividades e suporte às equipes de trabalho.

26.7.1.3. Os seguintes profissionais deverão compor a estrutura mínima de pessoal que devem, no ato da assinatura do Contrato, estar devidamente identificada:

- 01 engenheiro eletricista;
- 01 Técnico segurança do trabalho;
- 01 profissional eletricista motorista para a equipe de manutenção, com curso realizado em instituição reconhecida, nos termos da NR-10 e NR-35;
- 01 almoxarife;

- Auxiliar de escritório.

26.7.1.4. Além dos profissionais, deve ser disponibilizados também no mínimo:

- Veículo (s) utilitário (s), com capacidade para 01 tonelada, equipado com escada giratória ou cesta com sistema hidráulico que permita a execução de serviços em alturas de até 10 metros, farol regulável instalado sobre a cabine e caixas para depósito de materiais e equipamentos, smartphone compatível com o software de gestão da manutenção, GPS e rastreador veicular (o sistema deve ser disponibilizados para o fiscal da CONTRATANTE e para empresa de call center); Veículo com fabricação mínima 2010/2010, desde que aprovados em inspeção técnica e com manutenção comprovada.”
- Veículo leve, para ronda noturnas, levantamentos em campo dotado de GPS e rastreador veicular (o sistema deve ser disponibilizados para o fiscal da CONTRATANTE e para empresa de call center) Veículo com fabricação mínima 2010/2010, desde que aprovados em inspeção técnica e com manutenção comprovada.”
- Veículo tipo caminhão equipado com lança hidráulica e cesto aéreo adequado para a execução segura de serviço de manutenção em altura superior a 16m (pelo menos 1 (um) dos veículos deve ter alcance de 16m para as iluminações da Rodovia/BR/trevos), sempre que necessário, smartphone compatível com o software de gestão da manutenção e GPS e rastreador veicular (o sistema deve ser disponibilizados para o fiscal da CONTRATANTE e para empresa de call center); Veículos com ano de fabricação mínima de 2010/2010, desde que aprovados em inspeção técnica e com manutenção comprovada.”
- ✓ Jogo de cones de sinalização no mínimo com 10 (dez) unidades por veículo;

26.7.1.5. Os empregados, ao prestar serviços em campo deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual e coletiva e estarem capacitados conforme normas de segurança da Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica, no caso a CEMIG e de acordo com as Normas Brasileiras vigentes, em especial a NR-10 e NR-35. Nas tabelas a seguir estão relacionados os equipamentos de segurança e ferramentas para eletricitas e outros coletivos nos veículos sendo possível de alterações:

EPI's e Ferramentas	Quantidade por Eletricista
Alicate bombeiro cabo isolado para 1000 V, 305 mm, abertura 85 mm	1
Alicate de bico redondo.	1
Alicate de comp. hidráulico, capacidade 12 t, com jogo de matrizes, 2,5 mm ² à 70 mm ²	1
Alicate de Corte diagonal	1
Alicate universal, cabo isolado para 1.000 V.	1
Alicate Volt-Amperímetro, categoria IV , 1000 V	1
Arco de serra com lâmina	1
Bolsa para acondicionar EPI's	1
Bolsa para ferramentas	1
Botina de segurança, padrão Cemig.	2 pares
Calça de uniforme com tecido resistente à chama contemplando a condutibilidade, inflamabilidade e influências eletromagnéticas, com logotipo empresa.	3
Camisa de uniforme manga longa com tecido resistente à chama contemplando a condutibilidade, inflamabilidade e influências eletromagnéticas com logotipo empresa	3
Canivete para eletricista lâmina 120 mm, com estojo.	1
Capa impermeável de chuva	3
Capacete de segurança, classe B, com aba frontal e jugular.	1
Capuz de proteção solar com tecido resistente à chama	6
Jogo chave canhão de 7/16" , 3/8/" isolada (isolamento de cabo e extensão)	1
Jogo de chave Allen 1,5 à 10 mm	1
Jogo de chave combinada 6 à 22 mm	1

Jogo de chave de boca, fixa 6 à 32 mm	1
chave inglesa 300 mm isolada (isolamento de cabo e extensão)	1
Chave teste de baixa tensão, isolada para 1.000 V	1
Jogo de chave de fenda, 3,3x150mm, 4,5x15mm, 6,3x20mm, cabo isolado para 1000 V	1
Jogo Chave Philips 3/16x4" , 8/16x6" , cabo isolado para 1000 V	1
Cinto tipo paraquedista, com linha de vida, trava-quedas e talabarte, padrão Cemig	3
Escova de aço em "V"	2
Escada extensível de fibra de vidro, comp. De 6,0 m quando aberta e 3,6 m quando fechada, peso máximo 18 kg.	1
Lanterna recarregável de mão	1
Luva de borracha isolante 0,5 kV (classe 00) ou 1 kV(Classe 00)	2
Luva de couro para proteção da luva de borracha isolante	2
Luva de vaqueta para trabalho leve	1
Luxímetro, calibrado por instituição qualificada.	1
Martelo bola	2
Esticador para cabos de alumínio 5,88 à 9,36 mm	1
Extrator de conector cunha simétrico	1
Óculos de segurança incolor para proteção de partículas multidirecionais	6
Óculos de segurança lente escura tonalidade 2 ou 3 para proteção de partículas multidirecionais	6
Smartphone com especificações mínimas: sistema operacional Android versão 11 ou superior , compatível com o software de gestão utilizado pela Administração, atendendo, no mínimo, às seguintes características:	1

<ul style="list-style-type: none"> • Memória RAM mínima de 4 GB; • Armazenamento interno mínimo de 128 GB; • Processador octa-core ou superior, com desempenho compatível para execução de aplicativos corporativos; • Tela mínima de 6,5 polegadas; • Câmera traseira mínima de 48 MP ou superior; • Conectividade 4G ou superior (preferencialmente 5G), Wi-Fi e Bluetooth; • Bateria com capacidade mínima de 4.000 mAh, garantindo autonomia adequada para uso em campo; • Suporte a GPS integrado; • Aparelho novo, sem uso, homologado pela Anatel; • Compatibilidade com aplicativos de gestão, geolocalização e comunicação utilizados na execução dos serviços. 	
Talhadeira aço 200x19mm	1
Tesourão para cortar cabos com seção até 70 mm ²	1
Trena de 5m	1
Trena de roda, em nylon, de no mínimo 50 m.	1
Perneira de couro com partes metálicas	1
Protetor solar FPS 30	12

26.7.1.6. O CONTRATANTE irá realizar inspeção mensal dos equipamentos utilizados pela equipe, nos veículos e nas instalações do almoxarifado em encontrando irregularidade os mesmos sofreram os sanções descritas neste termo de referência

26.8 - RELATÓRIOS:

A Contratada deverá apresentar à Prefeitura, mensalmente junto com a medição ou quando solicitado mediante ofício, os seguintes relatórios contendo:

26.8.1. Quanto à manutenção:

26.8.1.1. Quantidade de Pontos de IP mantidos com identificação dos locais atendidos durante o mês;

26.8.1.2. Quantidade de Pontos de IP mantidos identificados pelo serviço de ronda durante o mês;

26.8.1.3. Quantidade de Pontos de IP mantidos identificados pela própria Fiscalização e por esta solicitados durante o mês;

26.8.2. Quanto ao almoxarifado:

26.8.2.1. Quantidade em estoque no Almoxarifado da Contratada de material novo a ser aplicado na data;

26.8.2.2. Quantidade em estoque no Almoxarifado da Contratada de material retirado a disposição da Prefeitura na data;

26.8.2.3. Quantidade de material Classe I nocivo ao meio ambiente que foi retirado para acondicionamento e destinação final na data;

26.8.2.4. Quantidade de pontos recuperados de IP através de limpeza e manutenção corretiva em luminárias durante o mês;

27 - DO SERVIÇO DE CALL CENTER

27.1 - O CALL CENTER será o canal de comunicação oficial e principal entre os munícipes e a CONTRATADA, para o serviço de manutenção. Atuará tanto do modo receptivo quanto ativo. Através deste canal, os munícipes poderão solicitar a CONTRATADA, a manutenção dos pontos, e, acompanhar os atendimentos solicitados através do número de protocolo gerado no atendimento. Após o término do atendimento, uma avaliação dos serviços será realizada. O contato com a CONTRATADA poderá ser realizado através de telefone, celular e website e app .

27.2 - Todas as ordens de serviço abertas no CALL CENTER deverão ter protocolos dos atendi-

mentos através do software de atendimento. O atendimento ao público através do CALL CENTER deverá estar disponível em dias úteis entre as 8hs e as 20horas.

27.3 - Todos os recursos de tecnologia da informação do CALL CENTER como: software, hardware e equipamentos para o correto funcionamento do sistema de atendimento serão de responsabilidade da CONTRATADA. O local adequado e pessoal para realização dos atendimentos é de responsabilidade da CONTRATADA.

27.4 - Para minimizar problemas relacionados a falta de energia elétrica no CALL CENTER, a CONTRATADA, deverá prever um sistema de alimentação de energia auxiliar. A manutenção do sistema deverá ser informada e não deverá ter parada completa das operações, visando à garantia dos serviços mínimos.

27.5 - Cada atendente deverá ocupar uma posição de atendimento, que contará com uma estrutura mínima de: computador com acesso ao sistema de gestão dos atendimentos, sistema com acesso ao cadastro dos ativos de Iluminação Pública, headset específico para o atendimento dos munícipes.

27.6 - Os atendentes deverão ter acesso controlado ao sistema de gestão e deverão acompanhar o status dos protocolos para o envio das informações aos munícipes. Os atendentes serão responsáveis pela avaliação do serviço prestado pela CONTRATADA DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ao munícipe.

27.7 - O responsável pela equipe de CALL CENTER da CONTRATADA e o fiscal do contrato da Prefeitura, deverão possuir visualização completa de todos os atendentes, de suas atividades, e produção. O sistema de gestão dos atendimentos deverá garantir a capacidade de rastreabilidade das chamadas e rastreamento das equipes em campo.

27.8 - A contratada deverá disponibilizar treinamento relativo à operacionalização do sistema de gestão e do call center, destinado aos seus colaboradores, aos gestores do contrato, aos servidores envolvidos no processo e aos fiscais designados pela contratante, abrangendo tanto as atividades operacionais quanto aquelas diretamente relacionadas à execução dos serviços.

O treinamento deverá possuir carga horária mínima de 30 (trinta) horas/aula e ser ministrado sem qualquer ônus adicional para a contratante.

28 - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

28.1 - Todas as informações relacionadas ao Parque de Iluminação Pública do Município de Divinópolis/MG são de propriedade do Poder Público. Desta forma, a Prefeitura terá acesso a todas as informações que forem solicitadas. A CONTRATADA poderá usufruir das informações do Sistema de Iluminação Pública apenas para seu uso interno e exclusivo do objeto do contratual.

28.2 - A CONTRATADA deverá elaborar uma Política de Segurança das Informações do Sistema Central de Gerenciamento que deverá controlar os acessos de usuários ao Sistema de Iluminação Pública. A Política da Segurança da Informação da CONTRATADA deverá ser regida por todas as normas nacionais, conforme as listadas abaixo:

ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013 – Tecnologia da informação — Técnicas de segurança, Sistemas de gestão da segurança da informação — Requisitos;

ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013 – Tecnologia da informação — Técnicas de segurança — Código de prática para controles de segurança da informação;

ABNT NBR ISO/IEC 27005:2011 – Tecnologia da informação — Técnicas de segurança — Gestão de riscos de segurança da informação.

29 - DO SOFTWARE DE GESTÃO

29.1 - O Sistema Central de Gerenciamento deverá estar dividido em 3 aplicativos:

- Um aplicativo de Internet para os gestores da CONTRATANTE visualizarem os ativos de iluminação pública e efetuarem a devida gestão sobre os mesmos e fiscalizar a execução dos serviços monitorando as equipes através do gps de rastreamento dos veículos .
- Aplicativo para abertura dos chamados pela equipe do call center.
- Um aplicativo de celular para o registro dos serviços realizados em campo.
- Possibilitar a liberação de um API para que as solicitações feitas no APP Divinópolis (aplicativo utilizado pelo Município para abertura de chamados) possam ir diretamente para o sistema de gestão .

29.2 - APLICATIVO DE CELULAR PARA O REGISTRO DOS SERVIÇOS EM CAMPO.

29.2.1 - O aplicativo deverá estar disponível na loja de aplicativos Google Play, e deverá operar em smartphones e tablets Android API 29 ou superior e sistema IOS versão 14 ou superior, compatível com o software de gestão utilizado pela Administração.

29.2.2 - O aplicativo deve operar tanto em modo off-line como em modo on-line. Operação em modo off-line refere-se ao funcionamento do sistema mesmo na ausência de conectividade com a Internet.

29.2.2.1 - O aplicativo deve solicitar o ingresso de um nome de usuário e senha para permitir o uso. Após uma autenticação bem-sucedida, o aplicativo não deverá solicitar a senha do usuário em futuros acessos, a menos que o usuário tenha optado por sair do sistema em seu último acesso.

29.2.2.2 - O aplicativo deve permitir que o usuário, tipicamente um prestador de serviços autorizado, receba ordens de serviço a executar.

29.2.2.3 - O sistema deve permitir ao usuário criar novas ordens de serviço e/ou editar ordens de serviço recebidas. Para cada ordem de serviço, o módulo deve permitir, no mínimo, o registro das seguintes informações:

- ✓ Tipo de serviço a realizar;
- ✓ Local onde deverá ser realizado o serviço;
- ✓ Tipo de serviço realizado;
- ✓ Coordenada geográfica de onde o serviço foi realizado;
- ✓ Endereço completo de onde o serviço foi realizado; Foto de antes e depois da execução do serviço;
- ✓ Dados do requisitante (quem solicitou o serviço);
- ✓ Marca, tipo, identificação e foto de cada material retirado;
- ✓ Marca, tipo, identificação e foto de cada material colocado;
- ✓ Situação final (serviço concluído, pendente ou cancelado);

29.2.3 - Para informar a coordenada geográfica de onde o serviço foi realizado, deve-se mostrar um mapa ao usuário e permiti-lo buscar um endereço ou, opcionalmente, utilizar o local atual. Em ambos casos, o aplicativo deve permitir a movimentação de um marcador para ajustar a posição.

29.2.4 - A camada inferior do mapa deve mostrar o desenho e nome dos logradouros, de forma a melhor orientar o técnico.

29.2.5 - Após informar a coordenada geográfica de onde o serviço foi realizado, o aplica-

tivo deve obter o endereço associado à mesma e preenchê-lo automaticamente nos campos de endereço, incluindo, no mínimo, o logradouro, número, bairro e CEP.

29.3 - APLICATIVO DE INTERNET PARA A GESTÃO DOS SERVIÇOS

29.3.1 - O software deverá ser acessível remotamente, a partir de um navegador Internet instalado em um computador ou notebook com conexão à rede mundial de computadores.

29.4 - CADASTRO DE ATIVOS

O sistema deve permitir ao usuário adicionar, remover e editar pontos de iluminação, de forma a manter o parque atualizado. Para cada ponto de iluminação, o módulo deve permitir, no mínimo, o registro de:

- ✓ Foto do ponto de iluminação com a plaqueta de identificação
- ✓ Coordenada geográfica do ponto de iluminação Endereço do ponto de iluminação
- ✓ Número da plaqueta identificadora do poste Tipo e potência da lâmpada
- ✓ Tipo da luminária
- ✓ Tipo e altura/esforço do poste Tipo do braço

Para selecionar a coordenada geográfica do ponto mencionado no item anterior, o sistema deve mostrar um mapa ao usuário e permiti-lo buscar um endereço específico. Uma vez localizado o endereço, o usuário poderá mover um marcador para indicar precisamente onde está o ponto.

Após selecionar a coordenada mencionada, o aplicativo deve obter o endereço associado e preenchê-lo automaticamente nos campos de endereço do ponto, incluindo, no mínimo, o logradouro, número e CEP.

29.4.1 - O sistema deve possuir um relatório que permita ao usuário listar os pontos de iluminação existentes na base de dados. Os dados devem ser apresentados na forma de uma tabela na qual cada linha representa um ponto de iluminação e cada coluna representa uma propriedade do mesmo, tal como endereço, tipo da lâmpada, potência, foto do ponto, etc.

29.4.2 - Deve ser possível gerar um gráfico que reflita a versão do relatório montada pelo usuário. Deve-se disponibilizar, no mínimo, 3 tipos de gráficos: coluna, pizza ou linha.

29.4.3 - O sistema deve permitir a exportação dos relatórios mencionados em para os formatos PDF e Excel. A exportação deve incluir apenas as colunas escolhidas pelo usuário. Caso alguma coluna de foto tenha sido incluída, as fotos deverão ser incluídas no arquivo exportado.

29.5 - MAPA DE ATIVOS

29.5.1 - O sistema deve possuir um mapa que permita ao usuário visualizar os pontos de iluminação existentes na base de dados. Para escolher quais pontos devem ser exibidos, deve-se permitir ao usuário aplicar filtros baseados, no mínimo, Bairro, logradouro e CEP, Número da plaqueta identificadora do poste, tipo e potência da lâmpada, tipo da luminária, braço e poste.

29.5.2 - Ao clicar sobre um dos ícones mencionados no item anterior, deve-se mostrar, no mínimo, a foto do ponto, seu endereço, o tipo e potência da lâmpada, o consumo (kWh) e o tipo e altura do poste.

29.5.3 - O mapa deve oferecer ao usuário a opção de mostrar os pontos de iluminação em modo mapa de calor. Nessa opção, deve-se representar as zonas que possuem mais postes com uma cor mais próxima do vermelho, enquanto as zonas com menos postes devem ser representadas com outras cores. Essa modalidade permite ao gestor saber onde estão as maiores concentrações de postes de iluminação.

29.6 - REGISTRO DE SERVIÇOS

29.6.1 - O sistema deve permitir ao usuário criar e editar ordens de serviço no próprio aplicativo de Internet. Para cada ordem de serviço, deve-se permitir, no mínimo, o registro das mesmas informações mencionadas em 29.2.2.3.

29.6.2 - Para selecionar a coordenada geográfica do local onde o serviço será ou foi realizado, o sistema deve mostrar um mapa ao usuário e permiti-lo buscar um endereço específico. Uma vez localizado o endereço, o usuário deverá poder mover um marcador para indicar precisamente o local.

29.6.3 - Após selecionar a(s) coordenada(s) mencionada(s) em 29.6.2, o aplicativo deve obter o endereço associado e preenche-lo automaticamente nos campos de endereço, incluindo, no mínimo, o logradouro, número e CEP.

29.6.4 - O sistema deve permitir o envio de uma ordem de serviço ao celular do técnico responsável, para que o mesmo possa realizar a atividade.

29.7 - RELATÓRIOS DE SERVIÇOS

29.7.1 - O sistema deve possuir um relatório que permita ao usuário listar as ordens de serviço existentes na base de dados, tenham elas sido executadas ou não. Os dados devem ser apresentados na forma de uma tabela na qual cada linha representa uma ordem de serviço e cada coluna representa uma propriedade da mesma, tal como endereço, fotos, etc.

29.7.2 - O usuário deve poder escolher quais propriedades (colunas) deseja exibir no 29.7.1 montando assim sua planilha personalizada.

29.7.3 - Caso o usuário opte por exibir fotos no relatório mencionado em 29.7.1, deve-se mostrá-las em miniatura ao lado das ordens de serviço às quais se referem, e permitir o download das mesmas em alta resolução.

29.7.4 - O sistema também deve possuir um relatório que permita consolidar as ordens de serviço por certos critérios. A tabela abaixo, por exemplo, consolida as ordens pelos critérios Bairro e Mês Criação.

Bairro	Mês Criação	Quantidade OSs	Em Atraso
Bairro A	11/2017	1.200	130
Bairro B	12/2017	1.100	976

Os critérios de consolidação são chamados de dimensões, enquanto os campos que realizam cálculos como soma, média, etc., são chamados de medidas. No exemplo, Bairro e Mês Criação são dimensões, enquanto Quantidade OSs e Em Atraso são medidas.

29.7.5 - O usuário deve poder escolher quais dimensões e medidas deseja incluir no relatório 29.7.4, montando assim seu relatório personalizado. O sistema deve disponibilizar, no mínimo, as

seguintes dimensões e medidas:

Dimensões:

- Tipo de serviço a realizar;
- Bairro, Logradouro e CEP onde deverá ser realizado o serviço;
- Tipo de serviço realizado;
- Bairro, Logradouro e CEP onde o serviço foi realizado;
- Dados do requisitante (quem solicitou o serviço);
- Marca, tipo, identificação e foto de cada material retirado;
- Marca, tipo, identificação e foto de cada material colocado;
- Situação final (serviço concluído, pendente ou

cancelado); Medidas:

- Quantidade total de ordens de serviço
- Quantidade pendente
- Quantidade concluída
- % concluída

29.7.5.1 - Deve ser possível gerar um gráfico que reflita a versão do relatório 29.7.4 montada pelo usuário. Deve-se disponibilizar, no mínimo, 3 tipos de gráficos: coluna, pizza ou linha.

29.7.5.2 - Para escolher quais ordens de serviço devem ser incluídas nos relatórios mencionados em 29.7.1 e 29.7.4, deve-se permitir ao usuário aplicar filtros baseados, no mínimo, nas dimensões mencionadas em 29.7.5.

29.7.5.3 - Uma vez que o usuário tenha criado sua própria visão customizada dos relatórios mencionados nos itens acima, escolhendo as colunas a exibir e os filtros a aplicar, ele deve poder salvá-la para futuras consultas. Ao abrir uma visão previamente salva, o sistema deverá remontar o relatório do jeito que o usuário deixou ao salvar a visão.

29.7.5.4 - O sistema deve permitir a exportação dos relatórios mencionados nos itens acima, para os formatos PDF e Excel. A exportação deve incluir apenas as colunas escolhidas pelo usuário. Caso alguma coluna de foto tenha sido incluída, as fotos deverão ser incluídas no arquivo exportado.

29.8 - MAPA DE SERVIÇOS

29.8.1 - O sistema deve possuir um mapa que permita ao usuário visualizar as ordens de serviço existentes na base de dados. Para escolher quais ordens de serviço devem ser exibidas, deve-se permitir ao usuário aplicar filtros baseados, no mínimo, nas dimensões mencionadas em 29.7.5.

29.8.2 - A camada inferior do mapa mencionado em 29.8.1 deve ser preenchida com fotos obtidas via satélite ou, caso o usuário deseje, com o desenho dos logradouros e seus nomes.

29.8.2.1 - O mapa mencionado em 29.8.1 deve exibir cada ordem de serviço como um ícone (marcador) independente, cuja cor varia em função da situação da mesma.

29.8.2.2 - Ao clicar sobre um dos ícones mencionados no item anterior, deve-se mostrar, no mínimo, as fotos associadas à ordem de serviço, seu endereço, o tipo do serviço executado e a situação final.

29.8.2.3 - O mapa mencionado em 29.8.1 deve poder ser exibido nas modalidades mencionadas em 29.5.3.

30 - MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO:

30.1 – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO – COM CONTRATO

30.2 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

31 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00

Ficha: 811

Fonte: 1.751.000.0000

32 - GESTORA E FISCAL DO CONTRATO:

32.1 - A execução do contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação da Secretaria Municipal de Operações e Serviços Urbanos – SEMSUR.

Gestora do contrato: Andreia Azevedo da Costa

Secretária Municipal de Operações e Serviços Urbanos, Matrícula 99036756

Fiscal do contrato: Izaías Mezencio da Silva

Diretor de Iluminação Pública, Matrícula 99023844

32.2 - Todos os serviços executados no Sistema de Iluminação Pública serão sujeitos à Fiscalização por parte da contratante.

32.3 - Durante a execução e após a comunicação do término dos serviços, os mesmos serão conferidos para aceitação, podendo a Prefeitura rejeitá-los no todo ou em parte em função das inconformidades ocorridas. Neste caso, a parte rejeitada deverá ser refeita sem ônus para o Município.

32.4 - É a Contratada obrigada a permitir à Fiscalização o acesso às dependências onde se desenvolvem os serviços objeto do presente contrato.

Divinópolis, maio de 2026.

(assinado digitalmente)

ANDREIA AZEVEDO DA COSTA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OPERAÇÕES E SERVIÇOS URBANOS - SEMSUR

(assinado digitalmente)

IZAIAS MEZÊNCIO DA SILVA
DIRETOR DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - SEMSUR

SECRETARIA MUNICIPAL DE OPERAÇÕES E SERVIÇOS URBANOS - SEMSUR			
DIRETORIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
Planilha estimativa de Composição de Custos			
CÁLCULO PONTOS DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO			
CUSTO TOTAL DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR E QUANTIDADE
1	MÃO DE OBRA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, INCLUSIVE UNIFORMES E EPI	VALOR	48.949,44
2	CAMINHONETE + CAMINHÃO COM CESTO AEREO	VALOR	39.072,44
3	FERRAMENTAS NOS VEÍCULOS	VALOR	191,35
	FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS	VALOR	928,8
4	MATERIAL PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	VALOR	326.606,25
5	TOTAL CUSTO DA ILUMINAÇÃO MENSAL	VALOR	415.748,28
6	QUANTIDADE DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	PONTOS	32.283,00
7	CUSTO UNITÁRIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA POR PONTO		12,88

BDI	24,07	%
Valor do BDI	3,10	
PREÇO (T)	R\$ 15,98	

CÁLCULO PONTOS COM MEDIÇÃO			
CUSTO TOTAL DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR E QUANTIDADE
1	MÃO DE OBRA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, INCLUSIVE UNIFORMES E EPI(1 EQUIPE)	VALOR	16.316,48
2	CAMINHONETE + CAMINHÃO COM CESTO AEREO (1 VEÍCULO)	VALOR	13.024,14
3	FERRAMENTAS NOS VEÍCULOS	VALOR	191,00
	FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS (1 EQUIPE)	VALOR	928,8
4	MATERIAL PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	VALOR	8.000,00
5	TOTAL CUSTO DA ILUMINAÇÃO MENSAL	VALOR	38.460,42
6	QUANTIDADE DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	PONTOS	927,00
7	CUSTO UNITÁRIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA POR PONTO		41,49

BDI	24,07
Valor do BDI	9,99
PREÇO (T)	R\$ 51,48

MÃO DE OBRA	
-------------	--

ELETRICISTA					
DESCRIÇÃO	QUANT.	UM	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)	
Salário Mensal	1,00	mês	2.231,61	2.231,61	
periculosidade	30,00%	%	2.231,61	669,48	
as que excederem, ressalvadas as condições mais vantajosas que por ventura estejam sendo praticadas pelas empresas.					
Hora extra - feriado	2,00%	h	0,20	0,00	
Encargos sociais	0,00%	h	0,00	0,00	
	86,00	%	2.901,10	2.494,94	
Salario Mensal com encargos				5.396,04	
Vale refeição	22,00	unid.	15,37	338,14	
Contribuição assistencial	0,000%	%	2.231,61	0,00	
Contribuição confederativa	0,00%	%	2.231,61	0,00	
Vale cesta	100,00%	unid.	280,00	280,00	
Plano de saude	1,00	R\$	115,00	115,00	
Seguro de Vida	100,00%		22,00	22,00	
Salário família	0,00	R\$	31,71	0,00	
Vale transporte	52,00	unid.	1,95	101,40	
Valor pago pelo empregado	6% da remuneração			-133,90	
Diferença				-32,50	
Equipamentos de segurança (EPI)	100,00%	conj.		0,00	
custo mensal do eletricista de baixa e alta tensão					
Custo de capital					
DESCRIÇÃO	VALOR				
Caminhão Munck com cesto acoplado	270.000,00				
Quantidade	1				
k = Valor residual	20,00%				
Valor residual	R\$ 54.000,00				
n = Vida util em anos	5				
j = % de juros (a.a.) (Poupança + TR)	12,00%				
Im = investimento médio (R\$)	R\$ 183.600,00				
Remuneração do capital	R\$ 1.836,00				
VEICULOS					
RESUMO DO CUSTO COM VEÍCULOS COLETORES COMPACTADORES (3 UNIDADES)					
DESCRIÇÃO	VALOR				
Combustivel	5.422,22				
Pneus e câmaras	424,00				
Manutenção	10.332,17				
Licenciamento, seguro e IPVA de veículos	4.270,00				
Depreciação	11.516,05				
Monitoramento dos veículos com GPS via s	1.600,00				
Custo de capital	5.508,00				
Total veículos	39.072,44				

B D I		
		INCIDÊNCIA CUMULATIVA
ITENS	BONIFICAÇÃO E DESPEAS INDIRETAS	%
1	Administração Central sobre custo - AC	5,00
2	Despesas Financeiras - DF	1,00
3	Eventuais (seguros, riscos e garantias) - R:	2,50
3.1	Garantias	1,00
3.2	Riscos	2,50
3.3	Seguros	1,00
	Lucro sobre o custo - L	6,00
	Total (Fórmula)	15,22
4	Tributos / impostos	%
4.1	PIS (federal)	0,65
4.2	Cofins (federal)	3,00
4.3	ISS - Local (municipal)	4,00
4.5	IRPJ	1,20
	Total dos tributos federais e municipais - I	8,85
TOTAL GERAL		24,07 %

*Referência TCU (acordão 325/2007 e 2369/20011 do TCU) - Obras Hídricas - Saneamento Básico

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE OPERAÇÕES E SERVIÇOS URBANOS - SEMSUR

ANEXO

OBJETO

O presente objetiva especificar os parâmetros técnicos necessários a contratação de empresa especializada na área de engenharia elétrica para prestação de serviços de cadastro, manutenção preventiva, corretiva, integrais, continuas e destinação final dos materiais retirados do Sistema de Iluminação Publicado Município de Divinópolis/MG, locação software de gestão, fiscalização, medição, cadastramento de ponto de Iluminação pública, despacho e recepção de serviço de manutenção da iluminação pública e contratação de serviço de call center para recepção e despacho dos serviços de manutenção do sistema de iluminação pública. Abrangendo o perímetro urbano, zona rural, comunidade rural e bairros mais afastados, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários para o bom funcionamento do sistema.

1 - QUALIFICAÇÃO FINANCEIRA

1.1 - Para medir a capacidade econômica e financeira das licitantes para o processo em questão justificamos a utilização dos índices abaixo discriminados de acordo com o determinado na Lei 14.133/2021:

a) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um inteiro);

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

b) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um inteiro);

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Onde:

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

c) Índice de Endividamento (IE) igual ou inferior a 1,0 (um inteiro).

$$E = \frac{PC + ELP}{AT}$$

Onde:

AT = Ativo Total

d) Índice de Liquidez Corrente – ILC igual ou maior 1,0 e demonstra a relação entre os haveres e deveres da empresa, que permita avaliar a capacidade da empresa em arcar com os custos iniciais da Concessão, mobilização e efetivo início da prestação dos serviços, uma vez que, entre a mobilização, início a execução e primeiro recebimento transcorrerão aproximadamente 60 (sessenta) dias;

e) Índice de Liquidez Geral – ILG igual ou maior a 1,0 e que analogamente ao índice anterior demonstra a saúde financeira da empresa, porém levando em consideração neste caso as parcelas de comprometimento e recebimentos de prazo mais longo;

f) Índice de Endividamento – IE igual ou inferior a 1,0, demonstra a relação entre o capital de terceiros (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) e o capital próprio da empresa (Patrimônio Líquido/Ativo Total), fundamental para avaliar no contexto da contratação a capacidade de investimento e fluxo financeiro necessário a manutenção do ritmo contratual.

Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa ou balanço de abertura, no caso de empresa recém-constituída, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, mas admitida a sua atualização por índices oficiais. No caso de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela última declaração de imposto de renda da pessoa jurídica.

O balanço e as demonstrações solicitadas deverão ser representados por escrituração digital via SPED onde se acham transcritos, acompanhadas de cópia de seu Termo de Abertura, comprobatório de seu registro na Junta Comercial. Poderá também ser apresentada cópia reprográfica de publicação em jornal, na forma da Lei. As cópias deverão ser autenticadas.

Divinópolis, maio de 2026.

(assinado digitalmente)

IZAIAS MEZÊNCIO DA SILVA
DIRETOR DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

(assinado digitalmente)

ANDREIA AZEVEDO DA COSTA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OPERAÇÕES E SERVIÇOS URBANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE OPERAÇÕES E SERVIÇOS URBANOS - SEMSUR
ANEXO

OBJETO

O presente especifica os parâmetros técnicos necessários a contratação de empresa especializada na área de engenharia elétrica para prestação de serviços de cadastro, manutenção preventiva, corretiva, integrais, contínuas e destinação final dos materiais retirados do Sistema de Iluminação Publicado Município de Divinópolis/MG, locação software de gestão, fiscalização, medição, cadastramento de ponto de Iluminação pública, despacho e recepção de serviço de manutenção da iluminação pública e contratação de serviço de call center para recepção e despacho dos serviços de manutenção do sistema de iluminação pública. Abrangendo o perímetro urbano, zona rural, comunidade rural e bairros mais afastados, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários para o bom funcionamento do sistema.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.1 - Para que possam se habilitar a executar os serviços descritos, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Registro ou inscrição da empresa licitante e de seu Responsável Técnico na entidade profissional competente.
- b) Comprovação por Atestados emitidos por pessoa jurídica do direito público ou privado, registrados junto à entidade profissional competente em nome do Responsável Técnico, que figure como RT da empresa em sua CERTIDÃO DE REGISTRO da entidade profissional competente, para a execução dos seguintes itens:

Item	Descrição do Serviço
01	Manutenção preventiva e corretiva de Parque de Iluminação Pública;
02	Serviço de locação de software de Gestão de Manutenção em parque de iluminação Pública
03	Serviço de Call Center de Manutenção em parque de iluminação Pública

Observações:

- A comprovação de vínculo do RT com a empresa pode se dar por intermédio de contrato ou instrumento congênere.
 - Deverá ainda ser apresentada Declaração do Responsável(is) Técnico(s) autorizando a inclusão de seu nome e acervo neste certame licitatório, em modelo próprio da licitante.
- c) Comprovação de capacidade técnica operacional da empresa através de atestados, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando que esta executou diretamente para o proprietário da obra as seguintes atividades relevantes:

Item	Descrição do Serviço
01	Manutenção preventiva e corretiva de Parque de Iluminação Pública (no mínimo 10.000 pontos)
02	Serviço de locação de software de Gestão de Manutenção (no mínimo 10.000 pontos)
03	Serviço de call Center de Manutenção (no mínimo 10.000 pontos)

Observações:

- a) A licitante deverá comprovar a execução dos serviços em atestados técnicos.
- b) A visita técnica ao local de execução dos serviços será facultativa, caso a necessário deverá ser agendada com 48 horas de antecedência através dos telefones (37) 3229-

6652 e será realizada até no máximo no terceiro dia útil anterior a data de abertura da proposta.

Caso a licitante não realize a visita, deverá apresentar Declaração de Conhecimento das condições do local de execução do objeto, conforme Anexo (edital).

2 - ANÁLISE DA PROPOSTA

2.1 - Os licitantes deverão apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos: Planilha Orçamentária, Composição do BDI, Cronograma Físico-Financeiro e Planilha de Verificação da Proposta. Esta última deverá evidenciar:

- a) que os preços unitários com BDI apresentados pela licitante são iguais ou inferiores aos valores unitários com BDI definidos pela Administração;
- b) que não há preços diferentes atribuídos a serviços idênticos ao longo de toda a planilha orçamentária.

2.2 - Todos os valores unitários e totais deverão estar expressos com arredondamento de duas casas decimais.

2.3 - Todos os documentos listados neste item deverão ser entregues assinados e em formato digital (.pdf), e o arquivo da Verificação da Proposta deverá ser em formato editável (.xls), conforme modelo disponibilizado.

2.4 - A licitante deverá comprovar, por meio de atestados de capacidade técnica, a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto da licitação, demonstrando o cumprimento satisfatório das obrigações assumidas, inclusive quanto à observância dos prazos contratuais.

Divinópolis, maio de 2026.

(assinado digitalmente)

IZAIAS MEZÊNCIO DA SILVA
DIRETOR DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

(assinado digitalmente)

ANDREIA AZEVEDO DA COSTA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OPERAÇÕES E SERVIÇOS URBANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE OPERAÇÕES URBANAS
ANEXO

CRONOGRAMA FISICO - FINANCEIRO

OBJETO: contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de todo sistema de iluminação pública municipal, locação software de gestão, fiscalização, medição, despacho e recepção de serviço de manutenção da iluminação pública e contratação de serviço de call center para recepção e despacho dos serviços de manutenção do sistema de iluminação pública

Item	Descrição	Valor	%	Meses						
					01	02	03	04	05	06
01	Prestação de serviços de manutenção por ponto de iluminação existente, integrante do parque de iluminação pública do Município de Divinópolis/MG, localizado em zona urbana e rural, conforme especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.	5.524.266,96	100,00%	F						
				50,00%	8,33	8,34	8,33	8,34	8,33	8,33
				R\$	460.171,44	460.723,86	460.171,44	460.723,86	460.171,44	460.171,44
TOTAL		5.524.266,96	100%		460.171,44	460.723,86	460.171,44	460.723,86	460.171,44	460.171,44
					460.171,44	920.895,30	1.381.066,74	1.841.790,60	2.301.962,04	2.762.133,48

Item	Descrição	Valor	%	Meses						
					07	08	09	10	11	12
01	Prestação de serviços de manutenção por ponto de iluminação existente, integrante do parque de iluminação pública do Município de Divinópolis/MG, localizado em zona urbana e rural, conforme especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.	5.524.266,96	100,00%	F						
				50,00%	8,33	8,34	8,33	8,33	8,34	8,33
				R\$	460.171,44	460.723,86	460.171,44	460.171,44	460.723,86	460.171,44
TOTAL		5.524.266,96	100%		460.171,44	460.723,86	460.171,44	460.171,44	460.723,86	460.171,44
					3.222.304,92	3.683.028,78	4.143.200,22	4.603.371,66	5.064.095,52	5.524.266,96

Item	Descrição	Valor	%	Meses						
					01	02	03	04	05	06
02	Prestação de serviços de manutenção por pon-to de iluminação com medição, abrangendo praças, passarelas, túneis, complexos esporti-vos, monumentos históricos e demais logra-douros públicos situados no Município de Divi-nópolis/MG, em áreas urbanas e rurais, con-forme especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.	242.836,96	100,00%	F						
				50,00%	8,33	8,34	8,33	8,34	8,33	8,33
				R\$	20.228,32	20.252,60	20.228,32	20.252,60	20.228,32	20.228,32
TOTAL		242.836,96	100%		20.228,32	20.252,60	20.228,32	20.252,60	20.228,32	20.228,32
					20.228,32	40.480,92	60.709,24	80.961,84	101.190,16	121.418,48

Item	Descrição	Valor	%	Meses						
					07	08	09	10	11	12
	Prestação de serviços de manutenção por pon-to			F						
				50,00%	8,33	8,34	8,33	8,33	8,34	8,33

02	de iluminação com medição, abrangendo praças, passarelas, túneis, complexos esportivos, monumentos históricos e demais logradouros públicos situados no Município de Divinópolis/MG, em áreas urbanas e rurais, con-forme especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.	242.836,96	100,00%	R\$	20.228,32	20.252,60	20.228,32	20.228,32	20.252,60	20.228,32
TOTAL	Simple	242.836,96	100%		20.228,32	20.252,60	20.228,32	20.228,32	20.252,60	20.228,32
	Acumulado				141.646,80	161.899,40	182.127,72	202.356,04	222.608,64	242.836,96

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE OPERAÇÕES URBANAS**

ANEXO

CRONOGRAMA FISICO - FINANCEIRO

OBJETO: a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de todo sistema de iluminação pública municipal, locação software de gestão, fiscalização, medição, despacho e recepção de serviço de manutenção da iluminação pública e contratação de serviço de call center para recepção e despacho dos serviços de manutenção do sistema de iluminação pública

Item	Descrição	Valor	%	Meses						
					01	02	03	04	05	06
03	Locação e manutenção de software de gestão, contemplando funcionalidades de fiscalização, medição, cadastramento dos pontos de iluminação pública, bem como recepção e despacho das ordens de serviço relacionadas à manutenção do Sistema de Iluminação Pública (SIP), no âmbito do Município de Divinópolis/MG, em áreas urbanas e rurais, con-forme especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.	107.600,40	100,00%	F						
				50,00%	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33
				R\$	8.963,11	8.963,11	8.963,11	8.963,11	8.963,11	8.963,11
					8.963,11	8.963,11	8.963,11	8.963,11	8.963,11	8.963,11
TOTAL	Simple	107.600,40	100%		8.963,11	8.963,11	8.963,11	8.963,11	8.963,11	8.963,11
	Acumulado				8.963,11	17.926,22	26.889,33	35.852,44	44.815,55	53.778,66

Item	Descrição	Valor	%	Meses						
					07	08	09	10	11	12
03	Locação e manutenção de software de gestão, contemplando funcionalidades de fiscalização, medição, cadastramento dos pontos de iluminação pública, bem como recepção e despacho das ordens de serviço relacionadas à manutenção do Sistema de Iluminação Pública (SIP), no âmbito do Município de Divinópolis/MG, em áreas urbanas e rurais, con-forme especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.	107.600,40	100,00%	F						
				50,00%	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33
				R\$	8.963,11	8.963,11	8.963,11	8.963,11	8.963,11	8.963,11
					8.963,11	8.963,11	8.963,11	8.963,11	8.963,11	8.963,11
TOTAL	Simple	107.600,40	100%		8.963,11	8.963,11	8.963,11	8.963,11	8.963,11	8.963,11
	Acumulado				62.741,77	71.704,88	80.667,99	89.631,10	98.594,21	107.557,32

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE OPERAÇÕES URBANAS**

ANEXO

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

OBJETO: a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de todo sistema de iluminação pública municipal, locação software de gestão, fiscalização, medição, despacho e recepção de serviço de manutenção da iluminação pública e contratação de serviço de call center para recepção e despacho dos serviços de manutenção do sistema de iluminação pública

Item	Descrição	Valor	%	Meses						
					01	02	03	04	05	06
04	Prestação de serviços de Call Center, destina-dos à recepção, registro, controle e despacho das demandas relativas à manutenção do Sis-tema de Iluminação Pública (SIP), abrangendo todos os pontos localizados no Município de Divinópolis/MG, tanto na zona urbana quanto na zona rural, conforme especificações cons-tantes no Termo de Referência e seus anexos.	115.561,08	100,00%	F						
				50,00%	8,33	8,34	8,33	8,34	8,33	8,33
				R\$	9.626,24	9.637,79	9.626,24	9.637,79	9.626,24	9.626,24
TOTAL	Simplex	115.561,08	100%		9.626,24	9.637,79	9.626,24	9.637,79	9.626,24	9.626,24
	Acumulado				9.626,24	19.264,03	28.890,27	38.528,06	48.154,30	57.780,54

Item	Descrição	Valor	%	Meses						
					07	08	09	10	11	12
04	Prestação de serviços de Call Center, destina-dos à recepção, registro, controle e despacho das demandas relativas à manutenção do Sis-tema de Iluminação Pública (SIP), abrangendo todos os pontos localizados no Município de Divinópolis/MG, tanto na zona urbana quanto na zona rural, conforme especificações cons-tantes no Termo de Referência e seus anexos.	115.561,08	100,00%	F						
				50,00%	8,33	8,34	8,33	8,33	8,34	8,33
				R\$	9.626,24	9.637,79	9.626,24	9.626,24	9.637,79	9.626,24
TOTAL	Simplex	115.561,08	100%		9.626,24	9.637,79	9.626,24	9.626,24	9.637,79	9.626,24
	Acumulado				67.406,78	77.044,57	86.670,81	96.297,05	105.934,84	115.561,08